



Handwritten signature or initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023

ATA N.º 6/2023

(CONTÉM 79 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Salão Nobre da Câmara Municipal, pelas dez horas e vinte minutos, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 25 de setembro de 2023;
4. Discussão do estado do processo associado ao negócio da venda das barragens;
5. Apresentação e votação do Regulamento de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas;
6. Votação do modelo do acordo da aprovação da participação do Município de Miranda do Douro na Associação Europeia de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro;
7. Apresentação e votação dos documentos inerentes às Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento;
8. Apresentação e votação da proposta: Assunção de Compromissos Plurianuais - Orçamento para o ano 2024 - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - Delegação na Presidente da Câmara Municipal;
9. Taxa Municipal de direitos de passagem (Ano 2023) - Votação;
10. Derrama (Período de tributação de 2023) - Votação;
11. Imposto Municipal sobre imóveis a liquidar em 2023 - Votação;
12. Participação variável no IRS (Ano 2024) - Votação;
13. Proposta: Atribuição de louvor ao Professor António Bárbolo Alves – Votação;



14. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Cristina Maria Teles de Sousa Martins, Vera Lúcia Alves Ruano, Fernando Vaz das Neves, Emanuel Pinto Bernardo, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, e António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Emanuel David Carção, e Urbino Anjos Correia.
A falta do deputado Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama foi justificada.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo, e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo:

Júlio Meirinhos Santana.

Assegurada a comparência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanásio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas e vinte minutos.

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à reunião cumprimentando todos os que se encontravam presentes, especialmente os convidados, designadamente, o Dr. Adão Silva, Vice-Presidente da Assembleia da República, e Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, a Deputada da Assembleia da República e Coordenadora do Bloco de



A

Esquerda, a Dr.^a Mariana Mortágua, e o Membro da Comissão Política do PCP, Gonçalo Oliveira.

Expressou o seu agradecimento ao Presidente de Câmara de Carrazeda de Ansiães, o Dr. João Gonçalves, ao Presidente de Câmara de Torre de Moncorvo, Dr. Nuno Gonçalves, à Presidente de Câmara de Miranda do Douro, Dr.^a Helena Barril, bem como aos respetivos membros do Órgão Executivo Municipal.

Apresentou, ainda, os seus cumprimentos aos Senhores Deputados Municipais, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, às autoridades civis e militares presentes, ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, à Comunicação Social, e a todos em geral, às Senhoras, e aos Senhores residentes na Terra de Miranda.

Continuou a sua intervenção fazendo alusão ao ponto número quatro agendado na ordem de trabalhos desta reunião, sob a epigrafe, **“Discussão do estado do processo associado ao negócio da venda das barragens”**, e sugeriu, tendo em consideração que alguns dos convidados se deslocaram de muito longe, que se desse início aos trabalhos principiando pelo aludido ponto.

Indagou os presentes no sentido de auscultá-los acerca da sugestão por ele apresentada, merecendo a concordância de todos os moderadores, iniciar os trabalhos pelo ponto número quatro da ordem do dia.

Transmitiu que, inicialmente faria uma intervenção para apresentar uma súmula do que tem vindo a acontecer relativamente ao processo da venda das seis barragens, e posteriormente concederia a palavra às personalidades convidadas, pela seguinte ordem: ao Dr. Adão Silva, à Dr.^a Mariana Mortágua, ao Sr. Gonçalo Oliveira, ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, representado neste ato pelo Dr. José Maria Pires, ao Dr. António Preto, para expor o ponto da situação do estado desse processo, e que, à posteriori, interviria quem pretendesse dissertar a esse respeito.

4. Discussão do estado do processo associado ao negócio da venda das barragens.

O **Presidente da Assembleia Municipal** fez as seguintes declarações a respeito desta matéria: *“Quero cumprimentar em primeiro lugar o Sr. Vice-Presidente da Assembleia da República, o Dr. Adão Silva, que está aqui em representação do Partido Social Democrata, a Sra. Deputada e Coordenadora do Bloco de Esquerda, a Dr.^a Mariana Mortágua, o Sr. Gonçalo Oliveira, Membro da Comissão do Partido Comunista Português e em representação do mesmo.*



Handwritten initials or signature in the top right corner.

Agradecer ainda, também naturalmente, aos Presidentes de Câmara de Carrazeda de Anciães, o Dr. João Gonçalves, ao Presidente de Câmara de Torre de Moncorvo, o Dr. Rómulo Gonçalves, que está presente entre nós, à Presidente de Câmara de Miranda do Douro, a Dr.ª Helena Barril, e a todo o Executivo Municipal.

Naturalmente, também aos Srs. Deputados Municipais, aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, às Autoridades Civas e Militares presentes, ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, à Comunicação Social, e, a todos os presentes, às Srs. e aos Srs. Moradores na Terra de Miranda.

Como sabem, amanhã faz três anos em que foi realizado o negócio da venda das barragens, e nesta Assembleia resolvemos acrescentar um ponto na Ordem de Trabalhos para discutir esse assunto.

É verdade que a Ordem de Trabalhos tem que seguir uma determinada estrutura, a estrutura é que temos um ponto de informações, um período antes da ordem do dia, e o ponto de aprovação da ata da reunião anterior, seguido dos demais assuntos agendados.

O ponto quatro, trata da discussão do processo associado ao negócio da venda das barragens, e tendo em consideração que os nossos convidados, e atendendo que alguns se deslocaram de longe, eu propunha que começássemos precisamente pelo ponto quatro, sendo que, no final do ponto quatro fazíamos um intervalo, e retomávamos depois do intervalo, a Ordem de Trabalhos. Eu ia fazer um ponto de situação sobre o ponto quatro, e depois daria a palavra ao Dr. Adão Silva, à Dr.ª Mariana Mortágua, ao Sr. Gonçalo Oliveira, ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, representado pelo Dr. José Maria Pires, e ao Dr. António Preto para fazer um ponto de situação acerca do estado do processo, e depois a quem mais quiser falar sobre o assunto.

Sobre este ponto, portanto, perfaz amanhã três anos sobre o negócio da venda das seis Barragens da Bacia do Douro Internacional pela EDP. Três anos de opacidade, falta de verdade, de deslealdade para com o interesse público do povo da Terra de Miranda e do país inteiro, opacidade das empresas envolvidas, do governo e da administração pública.

Ao fim destes três anos, parece que o Estado não sabe o que se passou, não sabe se são devidos impostos ou não, e perante as evidências de que são devidos, parece não os desejar cobrar.

Mas, há uma coisa que sabemos, usando uma linguagem simpática, o Governo e a Administração Pública falharam em toda a sua linha, na sua missão de promoção do interesse público.



Handwritten initials and a mark in the top right corner.

Neste negócio das barragens, houve a intervenção de cinco entidades públicas, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a PARPÚBLICA, e o Governo, curiosamente, nenhuma destas entidades cumpriu a sua função.

Começamos pela APA, a Agência Portuguesa do Ambiente, que foi a primeira:

Primeiro autorizou o negócio da venda das barragens contra o parecer da sua Diretora de Serviços competentes na matéria, que propôs fundamentalmente a rejeição do negócio invocando, nomeadamente, que a EDP estava em incumprimento dos seus deveres contratuais, e que o Estado devia exigir uma compensação adicional pela prorrogação do prazo da concessão das três barragens do Douro Internacional, que havia sido feito em 2007 pelo Ministro Manuel Pinho, pelo valor de € 680.000.000,00 (seiscentos e oitenta milhões de euros), quando agora estavam a ser vendidas por um valor próximo do vínculo.

Segundo, não é conhecido o parecer que sustentou a autorização do negócio, nem se sabe se existe. Sabe-se, isso sim, que o incumprimento contratual pela concessionária continua, e que, o Estado não foi ressarcido dos seus direitos financeiros.

Terceiro, concedeu gratuitamente à EDP o direito de bombear água do Rio Douro para montante das duas barragens do Rio Sabor, sem qualquer contrapartida, apesar desse direito ser determinante para que as barragens sejam viáveis, e vale, por isso, muitos milhões de euros.

Esse direito extinguiu-se com o negócio da venda das barragens, mas a APA decidiu mantê-lo de mão beijada, a pedido da EDP.

Vejamos agora o caso da Autoridade Tributária:

Em primeiro, antes do negócio, tinha o entendimento de que neste tipo de negócios, as barragens estão sujeitas ao Imposto de Selo e ao IMT, e que estão sujeitas ao IMI.

Porém, antes da autorização do negócio, a AT, estranhamente ou convenientemente, mudou a sua posição e passou a dizer exatamente o contrário, que o negócio da venda de concessões pode não estar sujeito ao imposto de selo, e que os prédios que compõem as barragens são do domínio público, e, portanto, não pagam IMI, nem IMT.

A mudança de entendimento, relativamente ao Imposto de Selo, tem a característica curiosa de ter sido efetuada numa segunda informação vinculativa, requerida pela mesma entidade, com os mesmos fundamentos, o que é ilegal, porque respeitam à mesma matéria, e os mesmos requerentes, e, portanto, só pode haver uma informação vinculativa.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Até hoje, não se sabe por que motivo e a pedido de quem a AT alterou o seu entendimento violando da lei. Esta mudança de entendimento relativamente ao IMI é também muito estranha.

A Diretora-Geral da AT terá começado por informar na Assembleia da República que ela resultou da jurisprudência dos Tribunais Arbitrais, mas, essa afirmação foi duas vezes desmentida pelo Presidente do Centro de Arbitragem Administrativa, o que não foi desmentido, porque a Diretora-Geral da AT terá mentido no Parlamento.

Ficámos a saber recentemente que essa mudança de entendimento ocorreu na sequência de, ou, depois da reunião com a Diretora-Geral da AT, que afirmou ter ouvido nessa reunião as pretensões da EDP nesse domínio, não sabemos mais nada até hoje, mas sabemos que esta mudança de entendimento foi ilegal.

A Diretora-Geral da AT não cumpriu o despacho emitido pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, datado de três de fevereiro de dois mil e vinte e três, ordenando a liquidação e a cobrança do IMI sobre os imóveis das barragens.

Iniciou o cumprimento desse despacho apenas em setembro de dois mil e vinte e três, depois do mesmo Secretário de Estado ter emitido o segundo despacho, em dezasseis de agosto, do mesmo ano, com o mesmo fim.

Mas, esse cumprimento iniciou-se mal, concretamente, com a emissão de instruções ilegais acerca da avaliação das barragens. Estas instruções ilegais conduzem também à ilegalidade das liquidações do IMI e repetem os mesmos erros que a AT têm vindo a praticar relativamente às centrais eólicas e fotovoltaicas, o que tem sido muito útil para a EDP e os restantes concessionários que assim se têm esquivado ao pagamento do IMI sobre estes empreendimentos energéticos.

A mesma Diretora-Geral, que é responsável pela publicidade do direito à liquidação do IMI de dois mil e dezanove, por não ter dado cumprimento ao despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de três de fevereiro.

Passemos agora à Direção-Geral do Tesouro e Finanças:

Não tratou de avaliar, como lhe competia, os interesses financeiros do Estado no negócio das barragens, nomeadamente, as vantagens ou desvantagens do exercício do direito de preferência que a Lei estabelece a favor do Estado, e também, a exigência da atualização pelos valores de mercado do valor recebido pelo Estado em dois mil e sete, por ocasião da prorrogação dos prazos de concessão das barragens.



§
A

Quando solicitada para cumprir a sua missão nestes domínios, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças informou que não tinha funcionários qualificados, nem tempo suficiente para apreciar estes relevantes interesses do Estado, que foi assim gravemente prejudicado.

Na mesma linha, a parte pública, que foi solicitada para analisar os mesmos interesses, anteriormente referidos a propósito da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, informou estranhamente o mesmo, ou seja, não tinha funcionários qualificados, nem tempo suficiente para avaliar as questões.

O que é estranho, é que estas entidades não trataram de solicitar mais tempo para fazerem a análise que lhes competia fazer, tendo-se submetido aos interesses da EDP para realizar o negócio ainda no decurso de dois mil e vinte, porque isso era essencial para a apresentação dos resultados desse ano.

Finalmente, o Governo:

Primeiro, ignorou os avisos dos cidadãos da Terra de Miranda para a probabilidade de o negócio das barragens ser uma mistificação fraudulenta, destinada a não pagar impostos.

Segundo, violou o compromisso assumido com o Movimento Cultural da Terra de Miranda, de trabalhar em conjunto na definição do interesse público aplicável ao negócio, ignorando todos os pedidos de reunião e de contactos estabelecidos nesse sentido.

Terceiro, autorizou o negócio contra o entendimento dos seus serviços técnicos.

Quarto, desprezou os interesses patrimoniais e financeiros resultantes do negócio, não analisando sequer as vantagens do exercício do direito de preferência que a lei estabelece a seu favor, nem tratou de cuidar de repor justiça do valor da prorrogação dos contratos de concessão, feitos por Manuel Pinho, em dois mil e sete.

Quinto, promoveu uma alteração legislativa ao artigo sessenta do Estatuto dos Benefícios Fiscais, em resultado do qual todo o negócio ficaria isento de Imposto de Selo no pressuposto de que se tratou de uma reestruturação empresarial, esta alteração assentou como uma luva no negócio, e não tem outra justificação que não seja essa.

Sexto, permitiu que a Diretora-Geral da AT tivesse mudado, por quatro vezes, toda a doutrina administrativa aplicável ao negócio, de modo a garantir que não fosse exigido qualquer imposto, sendo que essa mudança já foi assumida como ilegal.

Sétimo, assistiu passivamente à proposta da Diretora-Geral da AT em cumprir dois despachos escritos por membros do Governo que a tutela, desautorizando-o publicamente, desse modo, e mantendo-a em funções.



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

Oitavo, quando todo o país se apercebeu, escandalizado, de que o maior negócio do século tinha sido feito sem o pagamento de impostos, o Governo enviou uma delegação a Miranda do Douro, três dias depois da sua realização, a anunciar oficialmente que nenhum imposto era devido. E para que não existissem dúvidas, ao lado do Ministro do Ambiente, que falou em nome do Governo, estava o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na altura.

Já vimos que essa delegação foi desautorizada pelo atual Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que mandou liquidar o IMI sobre as barragens, e, portanto, também o IMT, e pelo próprio TSIAP, que abriu um inquérito público por fraude fiscal qualificado.

Esta deslocação e esta declaração levantam muitas interrogações, nomeadamente, qual o interesse público que justificou esta vinda da delegação do Governo a Miranda?

Quem mandou a Miranda esta delegação governamental, representando dois Ministérios, o do Ambiente, e o das Finanças?

Nenhum destes senhores tira consequência do facto de terem sido desautorizados pelo atual Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais?

Estaria esta visita ligada à alteração legislativa do artigo sessenta do estatuto dos benefícios fiscais e à ação duvidosa de toda a Administração Pública neste negócio?

Porque motivo, no dia seguinte, foi efetuada uma comunicação pela AT determinando a abertura de um inquérito disciplinar a um membro do Movimento Cultural da Terra de Miranda, que passou declarações à Comunicação Social por ocasião daquela visita? E, quem determinou a abertura desse inquérito, e com que fins?

O comportamento de todos os intervenientes públicos no negócio das barragens é, todo ele, não só duvidoso e obscuro, mas também, aparentemente indicador de graves desvios do interesse público por entidades que têm permissão de perseguir.

Esta ação dos órgãos do Governo, dos órgãos da Administração Pública da tutela, tem duas características coincidentes, é ilegal, e essa ilegalidade beneficia sistematicamente a EDP, prejudicando ao mesmo tempo e gravemente os interesses das populações da Terra de Miranda e dos portugueses em geral.

O esclarecimento de todos estes factos é indispensável para a boa saúde da democracia em Portugal e é uma exigência fundamental dos cidadãos da Terra de Miranda que os órgãos competentes para investigar, auditar e controlar o negócio, não se alheiem da sua missão.

Da nossa parte, a luta pelos interesses das populações e pela persecução do interesse público continua, porque não desistiremos de que se sigam os caminhos da legalidade.



S
A

Não podemos deixar de desafiar os agentes políticos que agora iniciam a preparação de um novo ciclo político para que esclareçam de que modo reporão a legalidade na ação do Governo e da Administração Pública, neste caminho.

Gostaríamos, também, que nos informassem se, quando forem poder, corrigirão a ação deste Governo e cumprirão a legalidade de modo a que seja instituído o Fundo resultante da receita do Negócio das Barragens, segundo a Lei, que deveria ter sido criado até junho de dois mil e vinte e um.

Que seja criado o Instituto Público do Mirandês de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e três, que deveria ter sido criado até final deste ano.

Que seja atribuído aos municípios 7,5% (sete e meio por cento) das receitas do IVA da venda de energia elétrica produzida pelas barragens, e que, seja transferido para os municípios o IMI das barragens enquanto a Administração Tributária não proceder à sua cobrança.

Todas estas obrigações estão, pois, estabelecidas na Lei, mas, o Governo que agora cessa funções, decidiu, como já referido, não as cumprir.

Não se trata de opções políticas, mas de obrigações legais, e, por isso, ao não as cumprir, o Governo coloca-se à margem da Lei, na ilegalidade, e isso é impensável num Estado de direito democrático. E, acima de tudo, é uma falta de respeito para com o povo da região, portanto, uma verdadeira preocupação. Obrigado pela vossa atenção."

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, passou a palavra ao Dr. Adão Silva, que por sua vez, apresentou a seguinte intervenção:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu começo por cumprimentar os presentes, em geral, todos os presentes da Assembleia Municipal, os colegas, obrigado por me acolherem aqui.

Depois, se me permitem, sem querer discriminar ninguém, queria cumprimentar, em particular, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor Professor Óscar Afonso, que tem sido um batalhador nesta matéria, um homem com tanta relevância institucional e académica, e, no entanto, tem esta generosidade de se embrenhar nesta matéria, estritamente e essencialmente na sua terra, mas que, depois tem uma expansão para o resto do país.

Também cumprimentar o Representante do PCP, que aqui está, e, ainda, a Deputada Mariana Mortágua, dirigente do Bloco de Esquerda, que, se me permitem, por quem tenho uma grande amizade, e, uma grande simpatia, e que tem sido, desde a primeira hora, alguém que tem dado muita voz, muito corpo, a esta questão da venda das barragens, da injustiça que está criada em



ES
A

torno desta venda, pela não cobrança dos impostos, que todos esperávamos, e que, são ricos na nossa ótica. Ela tem sido, de facto, uma paladina extraordinária nesta matéria, não apenas no Parlamento, fora do Parlamento, é com muito gosto, Mariana, que te vejo aqui na minha terra, no meu distrito, sendo certo que o teu empenho vai continuar a ser grande, porque tem um papel relevante, enquanto Deputada do Parlamento, e, portanto, dirigente do Bloco de Esquerda.

Depois, se me permitem, ainda, cumprimentar a Sra. Presidente da Câmara, que, nesta matéria, a Câmara de Miranda do Douro tem sido extraordinária, tem sido exemplar. No que tem a ver com esta cobrança, não apenas dos impostos diretos da venda das barragens, mas também, agora, sequencialmente, a questão do IMI. A Câmara de Miranda do Douro tem sido extraordinária nesta matéria, não apenas a Sr.^a Presidente da Câmara, pelo seu empenho direto, mas também pelos Senhores Vereadores, aos quais cumprimento, mas, obviamente, bem suportada e bem apoiada por algo que é extraordinário no nosso país, e que aqui se gerou de uma forma bastante espontânea, que é o Movimento Cultural de la Tierra de Miranda.

Este movimento, de baixo para cima, mais popular, mais abrangente, com uma extraordinária capacidade de mobilização, e, não querendo discriminar ninguém, não conheço a todos, mas eu, encontrei-me muitas vezes com pessoas ligadas a este movimento, nomeadamente, o Dr. Óscar Afonso, os Srs. Drs. José Maria Pires, e António Preto, que foram, quem me estiveram municinando sobre estas matérias, desde que esta questão começou a ser despoletada.

Cumprimento também os Srs. Presidentes de Câmara, de Torre de Moncorvo, e de Carrazeda de Anciães, e o Sr. Vice-Presidente da Câmara de Mogadouro, e, obviamente, a comunicação social. Sobre esta questão, permitam-me que, sem querer transformar esta Assembleia Municipal numa missa, invocar aqui um pouco o livro de Samuel, que fala daquela metáfora mítica, que é a luta entre David e Golias.

Esta questão da luta entre o David e o Golias, foi algo que terá acontecido há não sei quantos milhares de anos, em que, um simples jovem com uma funda e cinco pedras, conseguiu destruir, matar, um homem gigante armado de todas as armaduras possíveis.

Mas, a verdade é que, estas lutas entre o bem e o mal, sei que aquela era uma luta entre o bem e o mal, assim como nos é apresentada, não morreu na Bíblia há não sei quantos milhares de anos, ela persiste.

Eu acho que, aqui também estamos um pouco num exercício de luta entre David e Golias.

Golias com todo o seu poder, devidamente armado, agora, não com as armaduras de bronze, mas, com as armaduras da lei, das leis das instituições. É que, verdadeiramente nós fomos



Handwritten initials or signature in the top right corner.

simples Davides, os que se empenharam nisto, e foram muitos, porque de alguma maneira lutámos contra estas armaduras, destes Golias, armaduras da lei, armaduras das instituições, instituições, que de alguma maneira se arrogaram que eram donas disto, se arrogaram que tinham a verdade sobre isto. Se arrogaram que elas é que traçavam o caminho, e mudaram o que havia que mudar nas leis, nos orçamentos, nas leis orçamentais, e nas outras, para que assim fosse. Isto é, para que a EDP não pagasse aquilo que tinha que pagar pela venda das seis barragens, com particular incidência, em Miranda do Douro, que tem a barragem de Miranda e a barragem de Picote.

E, portanto, é este exercício que se renova, este exercício da luta do bem e do mal, ou do bem contra o mal, da luta pela justiça, que nós aqui, desde o princípio, encarámos que era esta matéria. E, por isso, é que foi muito interessante perceber como é que o PSD na altura, por exemplo, aqui se colocava nesta matéria, acho que o PSD fez tudo o que era possível, não apenas a nível da Câmara Municipal, mas, também a nível das estruturas concelhias, e, também ao nível das outras câmaras municipais, das estruturas distritais, e particularmente ao mais alto nível.

Quero aqui sublinhar o enorme empenho que teve o anterior Presidente do PSD, o Dr. Rui Rio, nesta matéria, de facto, foi implacável, sempre que possível, embaraçando muitas vezes o Primeiro-Ministro, que dava o dito por não dito, e que, de alguma maneira se punha num exercício, como se não tivesse nada a ver com o caso.

E obviamente, que não posso deixar de invocar quem se empenhou nesta matéria, e por isso, uma pergunta, que respostas vai dar o PSD em relação a este desafio, a esta luta que continua? E a minha resposta é muito simples, eu espero que continuem nesta matéria com o mesmo empenho, a mesma linha, a mesma dedicação que teve o Dr. Rui Rio, e em geral, do PSD, é óbvio.

O PSD entendeu em relação a esta questão, que podia ser um manancial de riqueza para estas terras, tinha que ter uma compensação, e por isso, no Orçamento de Estado para 2021, com apoio, diga-se, do Bloco de Esquerda e do PCP, nós fizemos aprovar o chamado Fundo de Solidariedade, que era, nem mais nem menos, do que, um fundo que se alimentava daquilo que era cobrado do imposto de selo e outros impostos que viessem, eventualmente, até o IVA, ou de outros impostos, para o Distrito de Bragança, o Distrito de Vila Real, mas, em particular, os concelhos onde mais incidia a questão da venda e dos proveitos decorrentes da venda, terem



§
K

aqui um fundo de apoio, que de alguma maneira seria bom e importante para o desenvolvimento desta terra.

E ainda, além deste aspeto, no fundo, que nós vimos, como já aqui foi dito, não foi concretizado, foi reprovado, tinha um tempo para se concretizar e não foi concretizado, perdeu-se, portanto, o tempo para que ele fosse concretizado.

Um outro empenho que nós, obviamente, tivemos sobre esta matéria, foi quando percebemos que estávamos a lutar contra portas fechadas, avançámos com uma queixa à Procuradoria-Geral da República, e esta queixa continua em investigação, procurando de alguma maneira, ver, apreciar, decidir sobre se há ou não há um exercício criminal nesta questão. E, portanto, há aqui matérias que ainda não estão completamente resolvidas, esperamos que elas fiquem rapidamente resolvidas, esta terra merece, é uma questão de justiça.

Nós, os simples Davides, não nos calamos em relação a estes Golias armados, agora com a lei e com as instituições, e nós queremos aquilo que nos pertence, e aquilo que nos pertence é, antes de mais, justiça, e é, antes de mais, uma fração daquilo que são os proventos enormes destas barragens e da energia hidroelétrica produzida nas nossas terras. Muito obrigado."

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Dr. Adão Silva as palavras por ele proferidas no decorrer da sua intervenção, e prosseguiu passando a palavra à Dr.^a Mariana Mortágua.

A **Dr.^a Mariana Mortágua** abordou o tema da forma que se segue:

"Bom dia a todas e a todos. Quero agradecer muito o convite para aqui estar.

Na verdade, perguntam se é a primeira vez, e só não é a primeira vez porque começámos um longo percurso de trabalho em conjunto que trouxe o Bloco de Esquerda a estas terras várias vezes, desde 2020, e é em nome desse trabalho que aqui tenho estado.

Quero agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Óscar Afonso, o trabalho que temos tido em conjunto. À Presidenta da Câmara, a sua presença aqui e também o trabalho em conjunto que temos tido. Ao Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República, com quem temos trabalhado, provando que há interesses que se sobrepõem a partidos políticos, independentemente de terem opiniões em posições políticas opostas na Assembleia da República. Quero cumprimentar os representantes dos restantes partidos, autarcas aqui presentes e muito em particular o Movimento da Terra de Miranda que nos alertou para este caso, e que, na verdade, criou esta luta e tornou-a impossível de ignorar para toda a gente que tem o mínimo de interesse pela justiça e de respeito por este país.



Handwritten initials and a mark, possibly 'S' and 'A'.

Eu não quero alongar muito, a história vai ser contada muitas vezes, acho que há pontos que são importantes de contar nesta história.

Em 2006, a concessão das barragens foi prolongada. Na verdade, ia haver um novo concurso público e as 26 barragens do sistema hídrico português iam ser concessionadas através de um concurso público. A EDP que tinha essas concessões, muito antes do mercado ser liberalizado, quis evitar esse concurso público, e para evitar esse concurso público, a lei da água foi alterada, e foi antecipada a extensão da concessão.

Na altura, José Sócrates era Primeiro-Ministro, Manuel Pinho era Ministro da Economia, e quando a concessão foi prolongada, ela foi prolongada sem concurso durante mais 25 anos por metade do valor que tinha sido a avaliação da renda para estas barragens. O que quer dizer que, o sistema por tal, possa ter perdido cerca de 700 milhões de euros quando fez a concessão das barragens. Em 2012, o governo muda, passa de PS para PSD/CDS. Nessa altura, um secretário de Estado do PSD/CDS, chamado Henrique Gomes, Secretário de Estado da Energia, faz um relatório em que denuncia o que aconteceu. E que, denuncia as rendas que a EDP está a ter e a estruturação destas barragens. Esse relatório nunca viu a luz do dia, e Henrique Gomes demitiu-se de Secretário de Estado, provando que a EDP mandou sempre muito mais do que quem, em diversos governos, de diferentes cores políticas, lhe quis fazer frente.

A EDP, nessa altura, pediu um relatório para contrariar o relatório de Henrique Gomes, e foi pedir esse relatório a Vítor Escária, que era um economista a trabalhar no ISEC, e é uma das pessoas, juntamente com o João Duque, que faz um relatório que defende os interesses da EDP contra o relatório a princípio feito pelo Secretário de Estado do PSD, Henrique Gomes, para defender a EDP junto da Comissão Europeia e junto do Governo.

Passam-se mais quatro anos, nada é feito sobre as rendas das barragens, em 2015, entra um novo Governo do Partido Socialista, mantém-se o tema.

Em 2017, um momento em que não havia uma maioria do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda quase que esteve a conseguir aprovar uma taxa sobre as rendas da energia.

O PS começou por aprovar essa taxa na especialidade, com um acordo do então Secretário de Estado de Energia, Sílvio Santos, a medida é aprovada na especialidade, até que o Primeiro-Ministro, António Costa, se dá conta que foi aprovado aquilo, no dia a seguir, manda vir a medida a plenário e o PS vota contra, por pressões da EDP.



Handwritten initials and a signature mark.

Silvio Santos, que foi o Secretário de Estado que aprovou essa medida contra a EDP, acaba por sair do Governo, o mesmo destino que tinha tido Henrique Gomes, que tinha sido Secretário de Estado do PSD, que se tinha atrevido a fazer um relatório contra a EDP.

Em 2018, por causa deste percurso, é feita uma comissão de inquérito às rendas da energia. Na altura, foi o Bloco que a propôs, fizemos o relatório e elencamos todos estes negócios.

Eu conto-vos esta história para dizer, que, quando o Movimento da Terra de Miranda veio ter connosco, em 2020 ou em 2021 a dizer, há aqui uma negociata, nós sabíamos que havia alguma negociata, porque tínhamos andado a investigar a negociata ao longo dos últimos dez anos de interesses entre a EDP e estas barragens. O que não sabíamos era o que íamos descobrir a partir daí, e o que descobrimos, foram leis alteradas na Assembleia da República, sem que ninguém percebesse muito bem porquê, e que acabaram por privilegiar a EDP. O que descobrimos foi, que o Governo tinha sido avisado pelo Movimento da Terra de Miranda de que podia haver planeamento fiscal por parte da EDP e que não fez nada. O que descobrimos foi, que houve uma diretora da APA que disse que as barragens não podiam ser vendidas sem serem reavaliadas, precisamente porque Manuel Pinho, na altura, as tinha avaliado e a necessidade de avaliar as barragens andou a passar num jogo entre a APA, o Ministério das Finanças e a PARPÚBLICA, e elas nunca foram avaliadas sem serem reavaliadas. E, o que descobrimos foi, que a EDP montou um esquema para não pagar impostos. E, quando o Movimento da Terra de Miranda vem ter connosco, vem para nós criarmos um Fundo para o imposto de selo vir para estas autarquias.

E nós, juntamente, com o PSD e o PCP aprovámos a criação de um Fundo, e depois de aprovarmos o fundo descobrimos que não havia dinheiro para ir para o Fundo. Nós aprovámos o Fundo para que o imposto de selo viesse para aqui, mas não enviaram imposto de selo nenhum, porque, até então, a EDP não tinha pago um cêntimo de imposto de selo.

E aí, é que começa esta longa história, que é uma história de luta contra a EDP, de denúncia do que se passou, mas, uma história também do que de melhor há neste país, que é, quando diferentes autarcas, diferentes deputados, de movimentos culturais e cívicos que são capazes de se juntar em nome do interesse coletivo, e, por isso, o Bloco não desiste, porque esta luta representa o pior e o melhor que este país tem. O pior, é a forma como interesses económicos específicos tomam conta de decisões governativas, que deviam ser do povo, das terras, e de todo o território, e são contra o território. O pior que há, é a pregação do território, instala-se aqui uma barragem, sugam-se os recursos desta Terra, não se dão contrapartidas a este povo e



Handwritten initials or signature in the top right corner.

depois na altura, que é o mínimo, que é pagar impostos ao Estado e devolver os impostos ao povo onde instalaram a barragem nem isto são capazes de fazer, e isto é o pior que há no país. É o pior!

E atrasa-nos, e condiciona as nossas possibilidades de desenvolvimento, e condiciona o nosso futuro, aqui e em muitos outros pontos do país, e em muitas outras decisões.

O melhor, é quando somos capazes de nos juntar, e pessoas de diferentes cores políticas, e com diferentes interesses, juntarem-se na mesma sala em nome da mesma coisa e do mesmo objetivo. Que neste momento é, que a EDP pague os impostos que deve ao povo de Miranda, é só isto que está aqui em causa. É isto que nos une!

Quando perguntam quais são os compromissos do partido para a período eleitoral, com esta Terra, com o Mirandês, porque depois vem tudo isto em conjunto com o percurso que fizemos, eu acho que não preciso de vos dizer que este compromisso é incondicional, aliás, tiveram a oportunidade de nos ver ao longo dos últimos anos.

Mais importante que o compromisso com todas estas propostas, o que eu vos posso prometer aqui, é que o Bloco não vai largar este assunto, e não vamos largar a EDP enquanto os impostos não forem pagos. Já faltou muito mais, já estivemos muito mais longe, hoje, acho que falta só um "cachico", para conseguirmos que a EDP pague estes impostos, e que as barragens paguem aquilo que devem.

Muito obrigado, contém sempre com o nosso empenho para que consigamos fazer justiça para com esta Terra."

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Dr.^a Mariana Mortágua, pela sua intervenção e por todo o apoio, esperando que, continue, conforme se comprometeu, afirmando que, não tinha necessidade de se comprometer, porque já todos achavam que assim seria.

Posto isto, passou a palavra ao Sr. Gonçalo Oliveira, Membro da Comissão Política do PCP.

O Sr. Gonçalo Oliveira - Representante do PCP - (Membro da Comissão Política do PCP), fez a seguinte abordagem a respeito deste assunto:

"Em nome do Partido Comunista Português, cumprimento todos os presentes e agradeço o convite que nos foi remetido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro para participar nesta sessão.

Tal como na reunião realizada em janeiro passado foi-nos proposto debater a borla fiscal dada à EDP e à ENGIE. Uma benesse concedida a duas grandes empresas, com vista a permitir que



SS

A

um negócio que realizaram – no valor de mais de 2 mil milhões de euros - tenha na prática escapado à cobrança de impostos ao longo dos últimos três anos.

Trata-se de uma situação absolutamente inaceitável, sobretudo se levamos em linha de conta que parte desses impostos teria revertido para os municípios desta zona, onde poderiam ter sido transformados em recursos ao serviço do desenvolvimento do País e da Região.

No entanto, uma descrição - mesmo que sumária - do caso que tanta revolta tem causado nesta região, não ficará completa sem mencionar um facto da maior importância: é que este negócio que referimos, com ou sem pagamento de Imposto do Selo, de IMI ou de IMT, corresponde a um prejuízo incalculável para o País e para a região.

Para o PCP, a venda destas 6 barragens no rio Douro e as consequências que daí decorrem, são um acontecimento profundamente negativo e lesivo dos interesses nacionais, constituindo por isso um exemplo inegável das graves consequências que decorrem da privatização dos sectores estratégicos do nosso País.

Vale a pena reafirmar, como fizemos ainda recentemente a partir desta mesma tribuna que, sim, a “borla fiscal planeada para beneficiar a EDP e a ENGIE é sem dúvida inaceitável do ponto de vista da justiça fiscal”, que “os esquemas para evitar o pagamento de impostos”, são “reprováveis e devem ser rapidamente esclarecidos e regularizados”.

Vale a pena referir também que o PCP questionou o Ministério das Finanças sobre o que pretende o Governo fazer para garantir que os impostos devidos sejam cobrados, exigindo o que é devido à região de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, bem como ao País, e que mais de meio ano depois recebemos apenas uma resposta evasiva, alegando que o caso está sob investigação da Autoridade Tributária e abrangido pelo sigilo fiscal.

Vale a pena referir tudo isto para chegar ao ponto fundamental deste caso:

A borla fiscal dada à EDP e ENGIE é o resultado de opções políticas que colocam os interesses dos grupos económicos acima dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

Isto é o que acontece quando o poder político está subordinado e dependente do poder económico.

É este o cartão de visita da política de direita praticada por sucessivos governos no nosso País.

Foi assim quando um governo PS transferiu a titularidade de todas as grandes barragens da REN para a EDP, avaliando esse património (27 barragens) em apenas 700 milhões de euros.

Foi assim quando o governo PSD/CDS que se seguiu, acabou de privatizar a EDP por 2,7 mil milhões de euros



Handwritten marks: a stylized 'S' and a signature-like mark.

Foi assim quando um posterior governo do PS, optou por não impedir o negócio de venda de 6 barragens por 2,2 mil milhões de euros, isto apesar de ter todas as condições para o fazer, pois poderia ter invocado a norma que lhe permitia impedir a segmentação da concessão das barragens.

Foi assim quando o PSD votou contra o projeto de resolução do PCP que impedia a autorização do Governo deste negócio entre a EDP e a ENGIE...

Não cabe nesta intervenção uma súpula dos inúmeros exemplos em que graças à política de direita do PS ou do PSD (com ou sem o CDS e os seus sucedâneos Chega e IL), os interesses nacionais foram relegados para segundo plano, dando primazia ao grande capital e à sua insaciável gula por recursos e lucros.

Recordemos apenas a “nacionalização dos prejuízos” da banca, ao mesmo tempo que se apoiam nos seus lucros – como sucedeu com o BES e o Novo Banco -, a privatização dos CTT, da ANA, da PT, da TAP e da Casa do Douro, a venda ao desbarato (mais correto seria dizer a oferta) de importantes empresas como CP Carga e EFACEC...

Destaco apenas que neste caso, com a venda destas 6 barragens, a nossa soberania em matéria de energia e de gestão de reservas de água doce, ficou gravemente comprometida.

Note-se, por exemplo, que no ano passado, 44% da energia hídrica produzida no País saiu de Trás-os-Montes e Alto Douro, em boa medida devido à importante reserva hidroelétrica que se encontra na região, fruto de dezenas de barragens instaladas no território.

Numa época em que o potencial hidroelétrico é um dos mais importantes recursos naturais do nosso País e em que a sua exploração é um negócio privado, é de esperar que se venham a repetir negócios como este, lesivos do interesse nacional, bem como conflitos de interesses entre o uso das reservas de água na lógica da maximização do lucro – gerando, por exemplo, eletricidade nos períodos de ponta, quando esta é mais rentável - e os outros usos do recurso água, nomeadamente as suas funções sociais, económicas e ecológicas.

Mais uma vez se comprova que se por um lado existem aqui na região recursos, meios e potencialidades suficientes para a desenvolver, tal não sucede porque esses recursos estão entregues a grupos económicos que não têm interesse em promover uma economia de desenvolvimento da região. Antes pelo contrário, é mais vantajoso para o capital manter esta região como uma reserva ao seu dispor: reserva florestal, reserva de minérios, reserva hidroelétrica, reserva de mão-de-obra barata...



Handwritten initials or signature in the top right corner.

É assim que melhor podem usar essa reserva, sempre numa lógica meramente extrativa em prol dos seus lucros e em prejuízo dos trabalhadores e das populações.

Sair do círculo vicioso causado por essa lógica neoliberal que afeta Terras de Miranda – tal como toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro - implica que se continue a lutar por medidas que corrijam assimetrias. É por isso de valorizar os esforços empreendidos por esta Assembleia Municipal e por organizações como o Movimento Cultural de Terras de Miranda.

Implica também que se reconheça que esta região não é pobre! Ela foi empobrecida por demasiados anos de política de direita. Uma política que negligenciou os que aqui ainda vivem e que se limitou a defender os interesses dos grupos económicos.

Essa é a razão pela qual não se fomentou uma política regional, nem se concretizou a Regionalização.

Essa é também a razão para que a coberto de ditas reformas estruturais, invocando quer a União Europeia, quer os “mercados” ou a “falta de alternativas”, se tenham implementado medidas neoliberais com consequências desastrosas para o território: liberalizações, privatizações, emigração promovida como uma “oportunidade”, liquidação das pequenas e médias explorações agrícolas, perda de valioso património (material, imaterial e ambiental), falta de investimento e encerramento de serviços públicos, promoção de monoculturas de forma indiscriminada, extração desregulada de recursos e aposta no turismo como tábuas de salvação para a região...

Excelentíssimas Senhoras e Senhores,

Atravessamos períodos particularmente difíceis. Para além dos problemas que afetam todos os trabalhadores e o povo português, os habitantes desta região têm que enfrentar obstáculos adicionais, decorrentes das assimetrias e dos problemas estruturais que brevemente referi.

No entanto, agora, tal como no passado, podemos estar certos de que na região de Trás-os-Montes e Alto Douro os trabalhadores e o povo continuarão a trabalhar e a lutar por uma vida melhor."

O Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, aqui representado pelo Dr. José Maria Pires, para se pronunciar a respeito desta matéria.

O Dr. José Maria Pires apresentou as seguintes declarações a respeito desta questão:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Miranda, Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Dr. Adão Silva, nosso conterrâneo de Bragança, Senhor Gonçalo Oliveira, Dr.^a



Mariana Mortágua, Sr.^a Presidente da Câmara, Senhoras Presidentes das Câmaras que estão aqui presentes conosco. Senhoras Deputados da Assembleia Municipal, Caros Mirandeses, Nós estamos aqui ao fim de três anos, depois deste negócio, e, o que eu queria dizer é que estamos na terceira fase de uma estratégia que foi desenvolvida para que o negócio, esse negócio, na verdade, não pagasse os impostos que são devidos. Essa estratégia teve três fases: A primeira fase foi a fase do silêncio. Tudo estava preparado para que o negócio passasse incólume, discretamente, sem que ninguém falasse dele.

E, quando nós começamos a falar, a primeira coisa que nos pediram foi para nos calarmos, e fomos várias vezes solicitados para não levantarmos problemas relativamente a este negócio, e quando os levantamos, alguns de nós, não foi só um, várias pessoas foram coagidas, e relativamente a esse negócio, essa estratégia falha completamente, e nós falamos do negócio e continuamos a falar independentemente da coação, porque o Movimento Cultural das Terras de Miranda é composto por cidadãos livres, conscientes e sem medo, nós não temos medo da coação que nos queiram fazer, e vamos continuar assim, sem ter.

A segunda fase desta estratégia, já que, a fase do silêncio não funcionou e nós viemos dizer que os impostos eram devidos, foi a fase de nos desautorizarem, afirmando que, os impostos não são devidos.

Então, veio uma delegação do Governo a Miranda para anunciar "urbi et orbi" (na cidade e no mundo), que não é devido o IMI, não é devido o IMT, não é devido o Imposto de Selo.

Veio uma delegação composta por dois representantes do Governo, dos dois ministérios que intervieram no negócio, do Ministério do Ambiente, e do Ministério das Finanças.

Eu devo dizer que, tenho quarenta anos de carreira na Administração Tributária e nunca ouvi dizer que um negócio privado não deve pagar impostos, nunca na minha vida ouvi isso, é uma coisa estranha.

Mas, esse Ministro, a quem nós solicitamos que dissesse à EDP que antes de fazer o negócio pagasse os impostos que eram devidos, aquilo que vimos, para garantir a autorização do negócio, porque é um negócio privado, mas, dependeu da autorização do Estado, porque sem a autorização do Estado não havia negócio. Pedimos a esse Sr. Ministro que dissesse à EDP que, sem pagamento dos impostos não havia hipótese de haver negócio sem a autorização do Estado.

Pois muito bem, esse Sr. Ministro em vez de se dirigir à EDP a exigir-lhes o pagamento dos impostos, tal como, às empresas que fizeram lucro, dirigiu-se ao povo de Miranda, dizendo que



US\$
A

os impostos não eram devidos. E esta fase da estratégia também falhou, porque a verdade é que esse Sr. Ministro e a delegação que aqui veio foi desautorizada por um outro membro do Governo, que é o atual Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que teve coragem, e que no meu ponto de vista, foi a única pessoa que interveio no negócio, que cumpriu a sua missão, e temos que o reconhecer por isso, teve a coragem de dizer que os impostos são devidos, e fez dois despachos. Uma coisa que eu vi, foi o Secretário de Estado mandar a Autoridade Tributária liquidar impostos, que é essa a missão da Autoridade Tributária, portanto, essa fase da estratégia também não correu bem.

Mas, há uma terceira estratégia em curso, que temos que vencer, e não estamos seguros de que a vamos vencer, é preciso fazer muito trabalho para a vencermos, que é, os impostos são devidos, já toda a gente sabe disso, mas, não é seguro que os impostos vão ser pagos.

E só há uma estratégia em curso para que não sejam pagos, não quero dizer com isso que são os protagonistas dessa estratégia, mas, a verdade é que está em curso, e nós vamos vence-la com a união entre todos.

Aqui em Miranda, e em todos os municípios que estão envolvidos e têm barragens no seu território, e agora, sabendo quais são os municípios que têm fontes de energia eólica, e também fotovoltaica, temos que nos juntar todos, porque se nos juntarmos vamos vencer, e assim, os impostos não-de ser pagos.

Temos todas as condições para vencer esta luta, mas temos que nos juntar, temos que nos unir, e temos que vir sem medo à luta, o país, é um país livre, é um país democrático, e não há medo num país democrático.

A verdade é que, vai caducar o direito de liquidação do IMI de dois mil e dezanove, e passaram três anos sobre o negócio, agora, o Estado tem quatro anos para se liquidarem os outros impostos, falta um ano para a caducidade do IMT e do Imposto de Selo.

É certo que, há outras formas de interpretar a lei, mas, a lei diz que são quatro anos para liquidar os impostos, e temos que desenvolver esta luta sobre todos os outros.

Eu quero agradecer aqui encarecidamente à Dr.^a Mariana Mortágua, por todo o trabalho que ela tem feito, pela investigação que fez, e pelo profundo conhecimento que ela tem a respeito desta matéria. Como desenvolver e evidenciar, porque foi ela que teve a iniciativa, e pela primeira vez, deu projeção pública nacional, à nossa luta, por isso, reconheço e agradeço-lhe encarecidamente, e também, ao Senhor Deputado Adão Silva, que também nos ajudou a levar



Handwritten marks: a circled 'S' and a signature 'A'.

esta bandeira em frente, apresentando na Procuradoria-Geral da República documentação que revelava índice de prática de crime no âmbito deste negócio.

Também quero agradecer ao Partido Comunista, o apoio que sempre nos deu nesta matéria, e não deixo de referir aqui, a projeção nacional de primeiro nível, que numa altura o Dr. Rui Rio deu à nossa luta.

Apelava a todos os partidos, às lideranças dos partidos, para que continuem este desafio, porque esta luta só é ganha se todos nos envolvermos nela, e neste momento, em que o país vai para uma campanha eleitoral, e, uma campanha eleitoral serve para discutir as opções fundamentais do país, é muito importante que todos os líderes partidários que se apresentarem às eleições digam o que é que pretendem fazer relativamente a este negócio se forem governo, e se não forem governo, enquanto Deputados na Assembleia da República, porque este negócio não pode ficar como está, este negócio tem que dar origem ao pagamento dos impostos.

Aquilo a que nós temos assistido, em tudo aquilo que analisámos da documentação do negócio, é que, toda a Administração Pública, toda a alta Administração Pública que interveio nesta matéria falhou na sua missão, e que, o Governo também falhou.

Não queremos ilusões, o problema não é um problema de Governo, do partido A ou do partido B, o problema é um problema estrutural do regime que temos, e temos que ajudar com esta luta que estamos a ter, e que, esse problema seja resolvido.

Todos nós temos assistido a notícias revelando que o compadrio, as cunhas, a corrupção, estão instalados ao mais alto nível do Estado e da Administração Pública.

E neste caso, paradigmático, quando começamos a nossa luta, e três anos volvidos, desde que isso aconteceu, é que começamos a perceber em que situação nos encontramos.

Este negócio, revela uma situação, e eu vou usar uma palavra, pensei nela seriamente, não a vou usar de forma leviana, e a intervenção de todas as instituições do Estado neste negócio revela uma situação de "podridão" ao mais alto nível da Administração Pública e da política em Portugal, e esta podridão é inaceitável num Estado de direito democrático.

Aquilo que está a acontecer é que, um grupo de cidadãos, exigente, com vontade de escrutinar e que amam a sua Terra, e amam a liberdade, e amam a transparência, mostrou essa podridão ao país.

Isto significa, que a sociedade portuguesa está mais exigente relativamente a esta matéria, a sociedade portuguesa não tolera esta situação, a sociedade portuguesa exige transparência na ação política e na Administração Pública.



Handwritten initials or signature in the top right corner.

A Administração Pública tem que estar ao serviço do interesse público, os governos têm que estar ao serviço do interesse público, e sempre que isso não acontece é preciso chamar à atenção para isso, e, portanto, nós temos também aqui uma oportunidade para ajudar o país a livrar-se desta situação.

De empresas que se julgam os donos disto tudo, temos que mostrar aos administradores destas empresas que não é bom tentar condicionar os órgãos da Administração Pública, não é bom para o país, não é bom para a Administração Pública, não é bom para a política, mas, também não é bom para as empresas, porque nós já sabemos que as empresas, que se advogam donos disto tudo não têm futuro.

A sociedade trata de levar essas empresas a serem afastadas da atividade económica, como o nosso passado recente demonstra.

Portanto, a ação política, a ação da administração quando se desvia da sua função, a ação das empresas, quando tentam condicionar o interesse público não têm futuro, e nós temos que denunciar essas situações para que haja transparência tanto na atividade das empresas como na atividade do Estado, assim como na administração pública.

Este caso, revela ainda outra coisa, o desprezo que a nível central o Estado tem para connosco.

A forma como fomos tratados, olhando-nos de cima para abaixo com sobrançeria e desprezando a nossa ação, desqualificando a nossa ação.

Isso é um modo de atuar inaceitável, o Estado tem que respeitar as populações, tem que respeitar a população da Terra de Miranda, como respeita a população de todo o resto do país.

E, o desvio da missão que a Administração Pública e o Governo revelaram neste negócio corresponde a uma situação de desprezo pelas populações, e nós não aceitamos esse desprezo, isso tem que ser corrigido.

Para concluir, apelo a todos para que continuemos juntos, nos juntemos cada vez mais, neste momento não só temos o apoio dos dez autarcas, dos dez municípios, como também temos o apoio da Secção de Municípios com Energias Renováveis, que representa cento e trinta e cinco municípios, que tomou uma posição relativamente a esta matéria, e há três dias atrás, a Associação Nacional de Municípios, propôs que todos os municípios tomem também uma posição a respeito desta matéria.

Este é um caso exemplar, como mobilização da sociedade civil, revela que o país, é um país com saúde, é um país com energia, é um país que não se conforme a ser desprezado por estes agentes que se deixaram envolver numa teia de falta de transparência.



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

Vamos continuar a lutar por essa transparência, Miranda e a Terra de Miranda está de parabéns e nós vamos ganhar esta guerra. Muito obrigado."

O **Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu ao Dr. José Maria Pires pela intervenção que acabou de proferir e em seguida passou a palavra ao Dr. António Preto para dissertar acerca de qual é ponto da situação desta questão a nível judicial.

O **Dr. António Preto** pronunciou-se a respeito deste assunto da seguinte forma:

"Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento a todos os presentes. Dizia há pouco a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, que faltava um "cachico", um bocadinho, aqui, para que nós levássemos de vencida aquilo que se iniciou há três anos.

Eu venho aqui falar dos processos judiciais, expor algumas coisas, e dizer primeiro que, é um processo que teve um grande impulsionador, o Sr. Deputado Adão Silva e também pelo conhecimento e pela colaboração ativa de todo o Partido Social Democrata, na altura liderado pelo Dr. Rui Rio.

Neste processo, estão em investigação três questões, a primeira, é saber se o não pagamento daqueles impostos naquela operação, é ou não crime de fraude fiscal, e neste caso não estamos a falar só dos impostos das pessoas das Terras de Miranda, estamos a falar do IMT e do Imposto de Selo, que, neste caso em particular, também é recente.

Nós estamos a falar de todos os contribuintes portugueses, o que está aqui em causa é também o IRC.

Estamos aqui a falar, portanto, de uma verba, de uma receita que é de dimensão nacional, estamos a falar de, mais ou menos quatrocentos milhões de euros que esta entidade não pagou e, portanto, perceber se a forma do negócio que se fez, foi feita de forma simulada, com o intuito de não pagar os quatrocentos milhões de euros, não estamos aqui a falar de uma irrelevância.

E mais, os contribuintes portugueses pagaram uma segunda vez, porque, entretanto, confirma consciências pesadas, o Ministro do Ambiente, à época, que foi advogado da EDP, em frente aqui à Câmara de Miranda, veio aqui dizer, eles não pagam os impostos, mas eu vou-vos arranjar aqui uns trocos, uns milhões, dizia ele, da contrapartida ambiental e havia noventa milhões de euros no roteiro. Ou seja, os contribuintes portugueses não só não tiveram os quatrocentos milhões de euros, como ainda, pagaram oitenta milhões de euros por aí para tentar calar consciências, portanto, está em avaliação se houve fraude fiscal ou não.

Está também em avaliação, uma outra que passou pelos corredores da Assembleia da República, dizia há bocado a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, que tem a ver com a alteração



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

ao artigo sessenta dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, que, foi o tal que permitiu a isenção do IMT, e à boleia disso, a isenção também do imposto de selo, no âmbito de uma figura, que era a reestruturação empresarial.

No dia vinte de março, nas vésperas deste negócio, à socapa no silêncio, como dizia o Dr. José Maria Pires, foi alterado na Assembleia da República, essa também é uma questão que está em avaliação. E depois, há uma outra e avaliação, é que, este negócio de dois mil e duzentos milhões de euros, como o representante do Partido Comunista há bocado dizia, é um negócio com dimensão em que seis barragens valem dois mil e duzentos milhões de euros, em que dá um encaixe à EDP, e ainda bem que a EDP teve esse encaixe, mas que, devia ter pago essa contrapartida. E este ato de autorização com informação de que havia aqui uma forma de planeamento fiscal agressivo, esse ato de autorização, foi um ato consciente do Senhor Ministro Matos Fernandes, não vale a pena nós aqui ignorarmos e com a colaboração de outros, e esse ato também está em avaliação.

E agora, fazendo jus daquilo que são notícias do dia e pegando naquilo que há bocado dizia ali o Dr. José Maria Pires, que há aqui uma espécie de padrão de comportamento, eu dizia uma outra coisa, no dia vinte e oito de dezembro, há uma conversa em Miranda do Douro, entre o Senhor Ministro Matos Fernandes, o Senhor Primeiro-Ministro e essa é uma daquelas conversas que está no dossier que foi validada pela Senhora Procuradora Geral da República, foi validada pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, não foi nenhum procurador indisciplinado, foi o topo da hierarquia. Se nós não confiamos no Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e se não confiamos na Procuradora Geral da República, não podemos confiar em ninguém do ponto de vista da justiça, e, portanto, esse ato também está em avaliação.

E dito isto, nós já fomos recebidos no TSIAP, eu e a Senhora Presidente de Câmara já tivemos conversas, está aqui o senhor Presidente da Câmara de Moncorvo que também se constituiu assistente no processo, o Senhor Presidente da Câmara de Mogadouro, também, portanto, as populações e os municípios não estão só a ver passar a caravana, estão de uma forma ativa a intervir e a tentar, e há aqui uma lição de cidadania que vai para além daquilo que é a cobrança dos impostos. Que era aquilo que a Sr.^a Deputada há bocado também dizia, que, partidos das mais diferentes áreas políticas, e a sociedade civil, o melhor, se juntaram para que se pudessem vir a cobrar impostos.

O problema ficou só ali naquele negócio de 2020? Não, esta situação de compadrio inaceitável mantém-se numa coisa que se chama IMI, e o IMI é aquela receita local, é aquele imposto que



§
A

estas barragens nunca pagaram e que já tinham que pagar pelo menos desde 2005, desde que houve um parecer da Procuradoria-Geral da República, e houve a privatização da EDP. E esse parecer dizia que os bens, mesmo sendo do domínio público, são do uso privativo dessas entidades, devem IMI.

A seguir, há dois acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, Juízes Conselheiros, não estamos a falar da primeira instância, ou de indisciplinados que vêm dizer que nos bens do domínio público, quando são do uso privativos de uma entidade, essas entidades são uma espécie de proprietários, e, portanto, que relativamente a isso, devem ser pagos impostos, e, é por isso que nós temos que nos interrogar.

Que é que a Sr.ª Diretora-Geral da Autoridade Tributária fez relativamente a essa questão?

Aquilo que fez foi não cobrar o IMI.

Porque é que ela resiste às orientações do Senhor Secretário de Estado, e não cobra o IMI? Relativamente a isto, dá-se aqui conta de outra iniciativa judicial da Câmara de Miranda do Douro, que ainda este mês, em que chamamos a Sr.ª Diretora-Geral para nos informar pela via judicial, porque ela não o fez de forma voluntária, para nos revelar quais foram as reuniões que teve em 2015, e, com quem é que teve essas reuniões, ao nível da EDP, para que desse o dito pelo não dito, e deixasse de ter cobrado o IMI. E, portanto, esse é o processo que está em curso, é uma intimação, ela já foi citada, vai ter que responder nos próximos dez dias ao processo urgente e nós vamos saber com quem é que ela esteve reunida, se esteve reunida e pode ser que daí fiquemos a saber porque é que não estão a ser cobrados impostos.

Mas, há aí uma outra história. Nós pensávamos que vinha para aí o IMI, porque lemos o despacho do Senhor Secretário de Estado. Aliás, eu e o José Maria Pires, reunimos várias vezes com os Senhores Secretários de Estado, primeiro com o outro, e agora com este, revelou grande coragem, mas, esse despacho está a ser sabotado, não pela resistência de dizer, nós não vamos cumprir, aquela história, mas, também são bens do domínio público, e afinal, não é aí que está a ser sabotado, está a ser sabotado nas instruções. Porque as instruções para a inscrição das barragens, são inscrições, como dizia nas declarações hoje o Senhor Vereador aqui presente, são uma ficção. O que é que isto quer dizer, eu, para cobrar IMI tenho que cobrar no início sobre um prédio, e um prédio, e uma barragem hidroelétrica tem logo inerente, parece-nos a qualquer um de nós, tem que ter a capacidade de gerar esse rendimento, de gerar eletricidade, é isto que é a fonte do rendimento, e naquelas instruções a única coisa que está a ser inscrita é



Handwritten initials and a signature mark.

a parte do betão e mais uns edificios. Aquilo que é de maior valor, que é o grupo gerador, que é aquilo que transforma a energia cinética em energia elétrica, não está lá.

O que é que isto significa do ponto de vista jurídico? Significa que aquilo que está inscrito na matriz pela Sr.ª Diretora-Geral da Autoridade Tributária, e manda a Sr.ª Diretora da Autoridade Tributária, não é um prédio. E o que é que isso significa? Que a EDP, a MOVHERA e as outras entidades, no dia em que fizerem uma ação judicial e disserem que aquilo não é um prédio, vão ganhar essas ações, e aquilo que eram as receitas previsíveis, digamos, “o sonho” dos municípios, vai passar a receita zero. Vai acontecer o mesmo que aconteceu com as eólicas.

Com as eólicas aconteceu exatamente a mesma coisa, houve uma cobrança de IMI, mas como aquelas instruções da Autoridade Tributária eram erradas, andam agora as câmaras a devolver o dinheiro. É isso que está aqui montado, e, portanto, nós estamos atentos, estamos a intimar a Sr.ª Diretora-Geral, estamos presentes no processo do inquérito crime de uma forma ativa.

E, é muito importante, também, porque não vale a pena pensar que isto se passa nos corredores dos tribunais, ou nas salas dos tribunais, estas ações de grande sensibilidade, esta força que nos dá aqui a presença da Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, a presença do Senhor representante do PCP, a presença do PSD e o Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, e, sobretudo, a presença também aqui dos autarcas, que estão aqui envolvidos, os Senhores Presidentes da Câmara de Moncorvo, e de Carrazeda de Ansiães, e de todos os outros, e da sociedade, é isto que é muito importante para nós conseguirmos levar a bom porto aquilo que são as diligências judiciais, para que no “cachico” que falta, um ano, para o prazo de caducidade, como dizia o José Maria Pires, para que nesse tempo que falta nós consigamos trazer para a nossa Terra o dinheiro que nos é devido. Mas sobretudo, nós estamos a dar, também, como dizia José Maria Pires, de outra maneira, uma lição de cidadania e a lutar contra a “podridão”.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Dr. António Preto pela exposição dos factos respeitantes à vertente judicial concernentes a esta matéria, e prosseguindo passou a palavra aos Senhores Presidentes de Câmara presentes, principiando pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

O **Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo**, Dr. Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, prestou as declarações que se seguem, a respeito deste assunto:

“Muito bom dia a todos,



Handwritten initials or signature in the top right corner.

Enquanto Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, e representante dos Municípios do Douro Superior e Baixo Sabor, é um orgulho estar em Terras de Miranda, e se bem se pode dizer, quando é representada por esta capa, que é a Capa de Honras, vemos que neste negócio tudo foi uma capa, mas nada de honra.

Permitam-me dizer-vos o seguinte, depois de ter ouvido a Sr.ª Deputada do Bloco de Esquerda, veio-me à ideia uma citação de Abraham Lincoln, que diz assim, "Pode-se enganar a todos por algum tempo, pode-se enganar alguns por todo o tempo, mas não se pode enganar a todos por todo o tempo."

E, portanto, vou falar do caso concreto de Torre de Moncorvo, das medidas compensatórias do Baixo Sabor. Como sabem, há o RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução), depois há a AIA (Avaliação de Impacte Ambiental), e tudo é aprovado.

Mas, depois quando as medidas compensatórias têm que ir para o terreno vem o ICNF (Instituto da Conservação da natureza e das Florestas), e vem a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), e vêm todos dizer, não, essas medidas não podem ser, são contra o ambiente, são isto, são aquilo. E esses milhões que estavam previstos com as medidas compensatórias nem sequer foram para o território, e isto é o que se passou com Torre de Moncorvo, e passou-se no Tua, provavelmente.

As medidas de compensação que nunca foram aplicadas, não sendo as medidas de compensação pela construção, agora vemo-nos também impedidos de receber aquilo que é nosso.

E, deixo sempre uma mensagem para quem está no Governo, nós aqui nesta terra, neste território, a que, infelizmente deram o nome de baixa densidade, eu apelido de alta intensidade, pela perseverança e pelas questões de cidadania que aqui temos, que não deixamos cair.

E quando pomos de lado tudo o que são ideologias, tenho muita pena, muita pena mesmo, que os deputados todos do distrito de Bragança não estejam aqui presentes.

É um lamento que deixo aqui, porque devíamos estar para além da política, e devíamos estar aqui na salvaguarda dos interesses do nosso território."

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo as declarações apresentadas, e, passou a palavra ao Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães.

O Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães, Dr. João Manuel dos Santos Lopes Gonçalves, proferiu as seguintes palavras:



SP
A

“Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Professor, e cumprimento todos os presentes.

E depois de tudo o que aqui foi dito, temos obviamente, que dar os parabéns ao Movimento Cultural da Terra de Miranda pelo trabalho de cidadania que tem feito e que tem sido visível, e que, desde a primeira hora procuraram alargar, digamos assim, a intervenção dos autarcas que têm a ver com este negócio destas barragens implementadas nestes municípios.

Apenas acrescentar, em relação ao que foi dito aqui acerca das medidas compensatórias, além destas questões todas que foram já aqui faladas, as medidas compensatórias de Foz Tua estão vertidas numa declaração de impacto ambiental, e que, obviamente, devia ser defendida não só pelo território, mas pelo Governo de Portugal e todas as diversas entidades da administração pública.

E, é com surpresa que o território, neste momento, estando já a barragem há vários anos a produzir, verificamos que a principal medida compensatória da implementação do sistema de mobilidade do Vale do Tua não está a acontecer, não está implementado, nem se perspetiva como é que vai ser implementado, já que, há diversos obstáculos que têm sido postos e têm, portanto, sido evidenciados. E as diversas entidades, precisamente, que deveriam ajudar o território e os representantes legítimos do território, a lutar para ultrapassar esse obstáculo, é precisamente isso que foi falado aqui pelos representantes do Movimento Cultural da Terra de Miranda, com o que, nós autarcas, nos deparamos no dia a dia. É que, procurando ajuda verificamos que ela não nos é dada por quem devia zelar, exatamente, pelos interesses do país e da região.

Mas nós, obviamente, somos gente de fibra, felizmente, e não vamos resistir, vamos continuar a lutar e penso que todos juntos podemos continuar essas lições de cidadania e ajudar um pouco Portugal. Muito obrigado.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães a sua intervenção e prosseguiu passando a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

A **Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro**, Dr.^a Helena Maria da Silva Ventura Barril, proferiu as seguintes palavras:

“Antes de mais, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores elementos da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.



Handwritten initials and a mark.

Os Senhores Deputados da Nação, Dr.^a Mariana Mortágua, Dr. Adão Silva, e o Representante do PCP, Gonçalo Oliveira.

Os Senhores Presidentes, dos Municípios de Moncorvo, e de Carrazeda, o Senhor Vice-Presidente do Município de Mogadouro, os representantes do Movimento Cultural da Terra de Miranda, os meus Vereadores, aqui presentes, a comunicação social.

Tudo aquilo que eu podia falar sobre esta matéria já foi explorado, já foi falado, mas, não podia deixar de sublinhar a importância desta Assembleia Municipal neste dia em que passam três anos sobre o negócio das barragens. E, assinalamos sobretudo o papel antagónico de órgãos que deviam estar ao serviço do Estado, e que, politicamente, se ausentaram de cumprir os seus papéis.

Mormente, já sabemos que, o que está em causa é a não cobrança do IMI, e a não cobrança do imposto de selo. Relativamente ao IMI, temos esta questão agora mais presente, este imbróglio que se associa agora à falta de empenho de que o IMI seja cobrado.

Mas quero, sobretudo, que seja assinalado o dia de hoje como um dia de gratidão, gratidão ao povo Mirandês que se juntou desde o primeiro dia, a esta causa.

Quero assinalar gratidão ao Movimento Cultural da Terra de Miranda, quero assinalar gratidão à pessoa do José Maria Pires, à pessoa do António Preto. Quero assinalar gratidão à coligação improvável do Bloco de Esquerda, do PSP, e do PCP na Assembleia da República, por este caso.

E, quero também, não deixar de assinalar a gratidão ao papel que têm desempenhado o nosso Vereador Vítor Bernardo, que em nome do Executivo Municipal, tem sido a voz e o grito para que seja feita justiça para com o nosso território. Em todos vós, o Município de Miranda do Douro deposita a esperança no futuro deste território.

E, também quero assinalar gratidão, por termos, em Miranda, conseguido gerar a união em todos os Presidentes dos Municípios, que se juntaram à nossa causa, porque a nossa causa não é só nossa, é uma causa do território, e é uma causa do país.

Ao assinalarmos, e ao vincarmos a importância que este assunto tem tido ao longo destes três anos, estamos a assinalar e estamos a unir-nos em torno do propósito que é salvaguardar os direitos das pessoas, salvaguardar o direito dos territórios, nós não estamos aqui como um território que está em condição de inferioridade, nunca assumiremos isso.

Nós somos Portugal e queremos ser tratados como Portugal que somos!

Muito obrigada a todos pelo vosso empenho.”



SP
A

O **Presidente da Assembleia Municipal**, ainda a propósito deste ponto, e para terminar a discussão, assentiu que fossem colocadas duas questões aos convidados, aproveitando o facto de ainda estarem presentes. E, dirigindo-se à plateia perguntou se alguém pretendia colocar alguma questão, ou fazer algum comentário a respeito desta temática, e não se tendo manifestado nenhum dos membros desta Assembleia, deu por encerrado este assunto da ordem de trabalhos.

Eram onze horas e trinta e nove minutos quando propôs que fosse feita uma pausa, sugerindo que os trabalhos fossem retomados pelas doze horas, relativamente ao que todos assentiram.

O **Presidente da Assembleia Municipal** retomando os trabalhos passou ao ponto número um da ordem do dia.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou aos membros desta Assembleia Municipal, se alguém pretendia intervir, inscrevendo-se os seguintes membros: Fernando Vaz das Neves, Emanuel Bernardo e Pedro Velho.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves**, apresentou os seus cumprimentos aos participantes nesta sessão e prosseguiu da seguinte forma:

"Eu só pretendo dar uma pequena informação, só para dizer que, como representante desta Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia, houve a primeira reunião no mês de novembro, presidida pela Sr.^a Presidente da Câmara, com o Arquiteto Fernando Silva, comigo, com o Dr. Domingos Raposo, e os representantes das respetivas Juntas de Freguesia.

Foram aceites e corrigiram-se alguns lapsos que vinham da comissão anterior, acho que correu bem, e era só para dar conta disto. Muito obrigado."

O **Deputado Emanuel Bernardo**, fez as seguintes declarações:

"Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, muito bom dia a todos. Sendo que, é neste ponto que a mesa deve prestar esclarecimentos sobre os temas que são da sua competência, peço que em nome da mesa da assembleia, se informe os membros desta assembleia porque razão após a aprovação provisória e apresentação do contributo do deputado Fernando Vaz das Neves, para as alterações ao Regimento desta Assembleia Municipal, após duas sessões de assembleia municipal o assunto ainda não foi trazido para a ordem de trabalhos e respetiva votação final, para que entre em vigor o mais rápido possível."



Handwritten initials and a signature.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu que iria ser feito um esforço para que o Regimento da Assembleia Municipal, com as alterações propostas, fosse trazido na próxima reunião, para aprovação.

O **Deputado Pedro Velho Ferreira**, expôs que a mesa da assembleia já tinha recebido algumas alterações ao Regulamento da Assembleia Municipal, nomeadamente, as que foram apresentadas pelo Deputado Fernando Vaz das Neves.

Perguntou se mais alguém pretendia contribuir com mais alguma alteração ou correção ao referido regulamento, para posteriormente aprovar a sua versão final.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** solicitou novamente o uso da palavra para sugerir que talvez fosse melhor mandar as alterações todas para a Jurista da Câmara Municipal para ela ver, assim, quando viesse para aprovação a parte jurídica já estaria tratada, e depois, caso considerassem necessário, far-se-ia um ajustamento sob o ponto de vista político.

O **Presidente da Câmara Municipal** concordou com o que o Deputado Fernando Vaz das Neves referiu, tendo todos os membros presentes também concordado com a sugestão apresentada.

Dadas por concluídas as intervenções dos membros supracitados, o Presidente da Assembleia Municipal deu prossecução aos trabalhos passando ao ponto seguinte da ordem do dia.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros desta Assembleia expusessem as matérias que considerassem pertinente expor, tendo-se inscrito os membros seguintes: António Santos, Bárbara Fráguas, Emanuel Bernardo, Lísis Gonçalves, Tiago Martins, Jorge Lourenço e Fernando Vaz das Neves.

O **Deputado António Santos**, apresentou a intervenção que se segue:

"Bom dia a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, toda a Mesa, caros colegas. Eu há bocadinho não intervim, porque achei que não o devia fazer, para não correr o risco de ser pouco cortês para os nossos convidados, lá está, não posso dizer que sejam meus convidados porque nós não fomos envolvidos na decisão de os convidar. Tenho muita pena!

É a segunda vez que acontece, nós somos confrontados na véspera às quatro da tarde, que iríamos ter uma Assembleia quase extraordinária.

Eu, concordo muito com aquilo que aqui foi dito, acho que o nível dos convidados é excelente, tivemos aqui uma verdadeira lição sobre o que é todo este processo, é pena que não tenha



Handwritten initials and a mark resembling a stylized 'A' or 'S' with a vertical line through it.

havido algum cuidado da parte da Mesa, ou do Sr. Presidente, em nos ter envolvido nesta situação, acho que devíamos ter sido envolvidos. Nós temos feito todos os possíveis por gerar unanimidades, aliás, foi aqui dito pelo Sr. Dr. José Maria Pires, do Movimento Cultural Terra de Miranda, que era importante que houvesse, de facto, consensos e que estivéssemos todos envolvidos no mesmo.

Nós, não há dúvida que estamos envolvidos, isto é uma negociata que tem que ser denunciada, está a ser denunciada, está no tempo da justiça, está a decorrer, mas, sermos assim confrontados às quatro da tarde do dia anterior de que iríamos ter uma sessão extraordinária, parece pouco cortês e pouco tendente a gerar unanimidades.

Dar os parabéns à Câmara Municipal pela iluminação de Natal deste ano. Acho que estão bonitas, são iluminações de qualidade, não é um conjunto de luzes soltas, vê-se que há aqui uma intenção de embelezar a cidade no seu todo e, portanto, nós só temos que elogiar aquilo que está bem feito.

Queria falar também sobre a questão dos cortes de fronteira. É algo que me preocupa e que me chateia um bocado e encontrar um cartaz ali a dizer que a fronteira está fechada, não é nada agradável. Gostava de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento disso, se alguém lhe dá conhecimento, se estes cortes são autorizados por quem de direito. Porque fechar uma fronteira não é a mesma coisa que fechar uma estrada municipal ou uma estrada nacional.

É uma fronteira que é fechada. Para mim isto é impensável que aconteça, mas, infelizmente temos vindo a verificar estas situações.”

O Presidente da Assembleia Municipal, respondeu ao Deputado António Santos, assim:

“Sobre os convidados, a ordem de trabalhos foi enviada, fiz exatamente como tinha feito na última reunião da Assembleia em que foram convidados todos os líderes dos partidos e deputados por Bragança, e os convites foram aceites. Que é que eu podia ter feito? Ter abordado antes sobre o ponto quatro quem é que iria convidar? Eu convidei todos, portanto, não deixei ninguém de fora. Sinceramente, não acho que tenha feito algo que afete nada, nem ninguém.

Portanto, fiz aquilo que achava que tinha que fazer.

Podia ter mais interações com os Deputados? Poderia sim, podemos todos, não tenho é disponibilidade de tempo para isso.



Mas não acho, sinceramente, que tenha cometido nenhum crime, nem que tenha feito nada de mal. Convidei todos os líderes parlamentares, todos os líderes dos partidos com assento parlamentar, todos os Deputados por Bragança, e é tudo.”

A Deputada Bárbara Fráguas, abordou o seguinte tema:

“Bom dia a todos.

O que eu trago aqui, é uma questão que gostávamos de ver esclarecida.

Porque, como é do conhecimento público no passado mês de novembro, a Câmara de Miranda do Douro foi alvo de buscas no âmbito da operação “Gota de Água”, que envolve suspeitas de fraude em análises de água para consumo humano.

Uma vez que temos denotado alguma preocupação por parte de alguns munícipes, gostaríamos de ter alguma informação sobre o que realmente aconteceu, e se foram encontradas algumas irregularidades em relação às análises feitas pela empresa que está em causa.

É uma questão que nos preocupa bastante, a questão, também, dos níveis elevados de alumínio presentes na água para consumo. Já aqui foram abordados em reuniões de assembleia, anteriores, e é uma das preocupações que se mantém, e, que seria, portanto, importante assegurar que os valores máximos exigidos não são mesmo ultrapassados.

Existem estudos que indicam uma forte suspeita de que a presença de bio residual de alumínio na água para abastecimento público possa ser a causa de diversas doenças neuro degenerativas, tal como, é o caso da doença de Alzheimer, por isso, também a nossa preocupação.

E quero, também, deixar aqui uma outra questão que tem a ver com as faturas da água que recebemos do município, porque as faturas da água, trazem um espaço informativo com um gráfico mais ou menos, sobre a qualidade da água, sobre as análises que são feitas à água para consumo público, mas, esse espaço continua sempre em branco.

Não há alguma informação, alguma perspetiva de isso vir a acontecer? Podemos ter alguma informação sobre isso?”

O Deputado Emanuel Bernardo, expôs o seguinte:

“Exmo. Presidente

Secretários,

Sr.ª Secretária da Assembleia,

Sr.ª Presidente da Câmara e restantes vereadores,

Srs. Presidentes de Junta,



SP

A

Senhoras e senhores deputados,

Aproveito desde já para desejar um Santo e Feliz Natal a todos e um próspero Ano Novo.

Passaram 2 anos desde que este executivo e todos nós tomámos posse. Por isso vou fazer um balanço destes 2 anos da situação política do concelho.

Passaram 2 anos. E obras que estavam projetadas e preparadas para iniciar em 2022 não só não iniciaram, como perderam financiamentos e dificilmente se irão iniciar.

São exemplos disso a Zona Industrial do Planalto Mirandês, em Duas Igrejas, o Matadouro Intermunicipal do Planalto Mirandês, em Sendim, e a ETA (Estação de Tratamento de Águas) de Miranda do Douro.

Sobre a Zona Industrial, o que nos foi dito na assembleia de dezembro do ano passado (há um ano) é que o projeto não estava bem feito, que tinha falhas técnicas e outras inconsistências, e que por isso o pedido de financiamento deste projeto apenas foi trazido nessa assembleia. Sabemos agora que o município desistiu do financiamento e da obra e sinto que por isso deve uma explicação aos mirandeses. Mas as questões que se colocam são:

1. Se o projeto estava mal construído e se não coincidia com aquilo que teria de ser na realidade, por que razão este executivo demorou 1 ano e 3 meses a explicar isso à assembleia municipal?
2. Por que razão demorou tanto tempo, perdendo assim o financiamento de 1,5 milhões de euros em fundos europeus e um empréstimo com boas condições financeiras de 1,3 milhões de euros?
3. Por que razão nesse período não tentou encontrar outra solução para este projeto?
4. E se é verdade, como me chegou aos ouvidos, que por desistir da obra, ainda teve de pagar uma indemnização de cerca de 300 mil euros?

Continuemos sobre o Matadouro Intermunicipal. Quando este executivo tomou posse, o projeto do Matadouro já se encontrava na Câmara Municipal. Passado 1 ano, na Feira dos Grazes de Sendim apresentou esse projeto com muita pompa e circunstância. Desde então passou mais de 1 ano e a obra do Matadouro continua sem ter início. Enquanto isto decorreu, o Município de Mogadouro, iniciou há cerca de 1 mês a obra do seu matadouro. As questões que se colocam são:

- Sabendo que o Presidente da Câmara de Mogadouro tinha este objetivo, por que razão este executivo não se apressou a iniciar a obra?
- Sabendo que os 3 municípios (Miranda, Mogadouro e Vimioso) são governados pelo PPD, como explica este executivo a sua falta de capacidade e poder político interno para exigir a continuidade do acordo de construção do matadouro?



§

A

- E, se na situação atual, o executivo acha que o Tribunal de Contas, que também avalia a viabilidade financeira, tendo aprovado a obra do Matadouro de Mogadouro, num concelho tão próximo, se irá aprovar também a obra do Matadouro em Sendim, ficando com 2 matadouros num raio territorial tão curto?

E sobre a ETA, este executivo chegou a anunciar que a obra iria iniciar. Sabendo que Miranda necessita de uma nova ETA para melhorar a vida das pessoas, este executivo deu-se ao luxo de desperdiçar um financiamento da obra em 85% em fundos comunitários, num valor de cerca de 700 mil euros. Alguém nos consegue explicar com verdade e rigor o porquê?

Quero lembrar também que o Município, ainda antes deste executivo tomar posse conseguiu em 2021 atrair 3 projetos para o nosso concelho relacionados com o meio ambiente, com a sustentabilidade e com a valorização das paisagens. Projetos 100% financiados por fundos comunitários. São estes a "Despoluição do Rio Fresno", o "Pulmão da Cidade" e o projeto "8 mil habitantes, 8 mil árvores". Pelos 3 perfazem cerca de 2,5 milhões de euros de investimento totalmente financiado por fundos comunitários. Gostaria de questionar qual o estado destes projetos e se irá ser necessário investimento por parte do município para conclusão destes projetos durante o ano de 2024?

Todos estes 6 projetos, os 3 primeiros (Matadouro, Zona Industrial e ETA) e os 3 em conclusão têm uma coisa em comum, meus senhores. Foram iniciados pelo anterior executivo municipal e por isso sabe-se é que até agora todas essas obras são obras do Partido Socialista.

Mas, este executivo não só não conseguiu concluir os projetos já iniciados, como conseguiu perder financiamentos e não dar continuidade a projetos estruturais e necessários para o nosso Concelho. E se não o conseguiram, não foi por não gostarem nem por falta de vontade. Foi sim, no meu entender, por pura incapacidade de ação, amadorismo e muita inabilidade política.

Mas olhemos agora para o programa eleitoral da candidatura do PSD/CDS.

Dos diversos folhetos que constituíram chavões de campanha do PSD apenas 1 se concretizou. Foi esse o Seguro de Saúde Municipal. Mas nesse mesmo folheto referia ainda que lutariam pelo centro de saúde aberto 24h com meios complementares de diagnóstico. Com este seguro, certamente não se luta pelo centro de saúde.

Transmitiu também a ideia de apresentar um plano de desenvolvimento económico, só não apresentou como. Ainda escreveram que queriam que os regadios tradicionais existentes fossem reabilitados e modernizados. E ainda ousaram escrever de que seriam os mais capazes de atrair o Ensino Superior de novo para Miranda.



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

Por fim, última questão que se coloca ao executivo é: O que fez para realizar, tal como prometeu, a “modernização das cooperativas”?

O mandato iniciou-se com 5 milhões de euros em caixa. Passados 2 anos, com poucos projetos iniciados, o dinheiro já é menos de metade.

Mas por falar em Cooperativas, falou-se que tinha sido garantido em campanha pela candidatura do PSD um valor muito elevado para apoiar a Cooperativa de Sendim, que é importante. Sendo que, a diferença entre a candidatura do PS e a do PSD, foi que uma prometeu e que outra garantiu, gostaria de questionar se alguém me consegue dizer qual é a diferença entre prometer e garantir?

Gostaria também de transmitir, Sr. Presidente, o grande desagrado dos Mirandeses por não ter estado presente, na qualidade de Presidente desta assembleia e de representante máximo da democracia do concelho no dia 10 de julho, dia da cidade de Miranda do Douro. Sei que está muito ocupado com a direção da FEP, casa que sinto também como minha, e reconheço que tem sido feito lá um bom trabalho, mas penso que isto não devia acontecer. E mais, porque passado 1 mês e meio já teve disponibilidade para receber na Cooperativa o Dr. Luís Montenegro, líder da oposição e do PPD.

Termino, citando uma publicação da JSD local no ano anterior às eleições: “Queremos um futuro para o nosso concelho. Não queremos festas”. Isto para referir que aqueles que diziam que no passado se gastavam rios de dinheiro em tendas, hoje façam exatamente o mesmo. Isto não é forma de estar na política, é populismo.

E por falar em populismos, em nome dos deputados do Partido Socialista, desafio o executivo a promover, nos paços do concelho, uma cerimónia solene de comemoração dos 50 anos do 25 de abril no próximo dia 25 de abril de 2024, porque a democracia deve e tem de ser defendida todos os dias.

Um bem hajam e um Santo e Feliz Natal a todos.”

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Lísis Gonçalves, fez as declarações que se seguem:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e todos os presentes.

Desde já, quero agradecer a este Executivo, ao final de dois anos de luta, de argumentos, conseguimos efetivamente reduzir o mau estado das vias de comunicação terrestres. Dois anos!



§
A

Só posso falar do tempo em que estou aqui, como Presidente de Junta.

Efetivamente, foram tapados os buracos com cimento, resolveu, no sentido imediato, no entanto, isto era uma obra, a meu ver, que devia ter sido feita precisamente há dois anos atrás.

Ao final de um ou dois meses de mandato isto era perfeitamente exequível, se o Executivo tivesse operacionalizado esta intervenção, e hoje, talvez estivéssemos a fazer a Assembleia Municipal na minha Freguesia, inaugurando toda a repavimentação da mesma.

Infelizmente, não houve nenhuma candidatura nesse sentido, a obra não está feita, e uma obra dessa dimensão dificilmente será concluída até ao final deste mandato.

Quero agradecer também ao Executivo a possibilidade de estarmos já a concluir o projeto oito mil habitantes oito mil árvores, dentro de São Martinho. Era relativamente fácil de executar, mas, a celeridade da execução é, de facto, de vangloriar.

Sobre obras de fundo em São Martinho, foram sempre solicitadas e pedidas, e eu gostaria de saber em que estado estão, se há alguma candidatura feita nesse sentido, e qual a medida a que foi submetida.

Quero agradecer a participação da Câmara Municipal nas atividades da Junta de Freguesia de São Martinho, ligadas às associações, sempre presente, sempre disponível e isso é um ponto muito importante, visto que, o que nos move são as nossas gentes e as nossas tradições, sejam elas mais antigas ou mais recentes, mas, a Câmara não nos deixa desamparados neste sentido. Gostaria de saber a respeito de outra situação, quais os critérios que o Executivo está a usar para disponibilizar a giratória da Câmara Municipal para algumas freguesias.

Como em São Martinho ainda não tive a possibilidade de ter a giratória nenhum dia, e sei que há outras juntas de freguesia, como por exemplo, Duas Igrejas, que já teve mais do que uma vez. Portanto, gostaria de saber porque é que eu não tenho essa giratória pelo menos oito dias por ano.

Relativamente a outra situação, que eu já falei com alguns presidentes de junta, e acho que ninguém sabe muito bem.

Quais os procedimentos, os protocolos a seguir para com a proteção civil, e isto porquê?

Porque quando estamos em alertas amarelos ou vermelhos lançados pelo IPMA, deveríamos ter uma equipa de prontidão para situações, tais como, árvores caídas nas vias, remoção dessas mesmas árvores, inundações, situações de ataque à primeira situação.

Infelizmente, em São Martinho, e depois, essas situações acontecem sempre aos sábados, aos domingos e aos feriados, mas, isto não é culpa nossa, quem lá estará é o Presidente da Junta



Handwritten initials and a signature.

com os amigos. Porque não há, eu não conheço que exista um procedimento, um protocolo definido, com um número de telefone, com pessoas que estejam disponíveis para efetuar este procedimento. Isto, é um exercício de estudo que nós temos que planear para todas as Juntas de Freguesia. Nós temos que saber qual é o número de telefone para comunicar, quais são as equipas de prontidão, se são sapadores, se são bombeiros, se são associações florestais que estão de prontidão para situações de emergência quando temos alertas amarelos, ou vermelhos lançados pelo IPMA. Eu não conheço, espero que me consigam elucidar sobre isto.

Desejo um Feliz Natal, e umas Boas Festas."

O Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, Tiago Martins, fez a intervenção que passa a ser transcrita.

"Muito bom dia a todos,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Executivo, colegas Presidentes de Junta, e o restante público.

Eu queria deixar aqui uma pergunta ao Executivo, para quando está prevista a atribuição do FEF de dois mil e vinte e três às Juntas de Freguesia, e se aumentou?

Queria deixar também o convite para visitarem Constantim no dia vinte e sete e no dia vinte e oito, e queria desejar um Feliz Natal e um Bom Ano Novo dois mil e vinte e quatro, a todos."

O Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, proferiu as seguintes declarações:

"Bom dia a todos. Na pessoa do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento todos os demais.

Aproveito para desejar a todos um Santo e Feliz Natal, com saúde, com paz e harmonia.

Visto que regressei a esta Assembleia após um período de ausência por motivos de saúde é com satisfação que volto ao vosso convívio e à defesa dos interesses da minha freguesia e dos meus fregueses.

Quero agradecer ao executivo municipal toda a colaboração e cooperação na execução de algumas obras que tem vindo a ser efetuadas na freguesia.

Ainda assim quero colocar, duas ou três perguntas sobre algumas questões relacionadas com a minha freguesia.

A primeira, vou voltar a perguntar ao Executivo Municipal para quando teremos a possibilidade de termos uma ARU na minha freguesia, visto que temos pessoas a fazerem investimentos, temos pessoas a recuperar, e não têm benefícios daquilo que estão a fazer. Eu gostaria, por



exemplo, de saber, sem prejuízo para aquelas que já existem, nomeadamente, Sendim, Palaçoulo e Miranda do Douro, qual é que é o resultado dessas ARU'S já existentes, e se, daí resultou algum benefício, e algum interesse por parte dos residentes nessas mesmas localidades e para o aglomerado urbano.

Queria também perguntar, qual é o ponto de situação em relação aos arranjos urbanísticos, eu sei que o contrato já terá sido assinado, não sei da parte do empreiteiro o que é a previsão de início das obras, visto que o tempo vai passando e pode coincidir com outras atividades e vai causar algum transtorno aos fregueses a execução das obras. Portanto, tentar aproveitar o período de menos azafama para que possamos encontrar uma solução para essas obras."

O **Deputado Fernando Vaz das Neves**, expôs o que passa a ser transcrito:

"Bom dia, Sr. Presidente, Senhores elementos da Mesa, Senhores membros do Executivo.

Em primeiro lugar, queria dar as boas-vindas aos dois membros que vão tomar hoje posse, um da coligação Tempo de Acreditar e o outro do Partido Socialista, sejam bem-vindos.

E, também queria deixar um agradecimento à Clara Martins, que cessou funções por opção própria, e um agradecimento pelo desempenho, pela dedicação, pela colaboração e pela lealdade que sempre teve para com esta Assembleia Municipal, e particularmente comigo.

Já que estamos a falar da Clara, aproveitava já a deixa para dizer que, por coincidência, às vezes há destas coincidências, a Clara cessou funções por opção própria, é um direito que lhe assiste, e a dois de dezembro foi galardoada em Espanha com o prémio de reconhecimento de Excelência Académica daqueles que se juntaram à advocacia no último ano, e eu propunha aqui um voto de louvor à Clara, passo a ler e acho que podia ser votado por todos."

Voto de Louvor

"Clara Martins, natural de Miranda do Douro, ex-membro desta Assembleia Municipal, fez o ensino primário e o ensino secundário em Miranda do Douro, tendo-se licenciado em Direito na Universidade de Salamanca, onde também concluiu o mestrado. Fez a admissão à ordem dos Advogados em Espanha, tendo sido admitida a 6 de outubro de 2023.

A 2 de dezembro de 2023, a Clara Martins foi premiada com o prémio JOVENS ADVOGADOS "ANTONIO HERNÁNDEZ-GIL", cujo objetivo é reconhecer a excelência académica daqueles que se juntaram à advocacia no último ano.

É para nós, Mirandeses, um orgulho ter esta Mirandesa, entre os 28 Advogados premiados em toda a Espanha.



Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, reunida a 15 de dezembro de 2023, aprova o presente voto de louvor à Dra. Clara Martins, e desejar-lhe os maiores sucessos pessoais e profissionais.

Deixo à consideração da mesa.”

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** fez novamente uso da palavra para informar que tinha uma proposta de moção para apresentar, informando que, o Professor António Santos tem já conhecimento, e que, vem no seguimento do ponto das barragens que foi anteriormente debatido, e cujo texto passou a ler.

Proposta de Moção

“Passados três anos sobre o negócio das barragens, nada se sabe acerca do processo de apuramento dos impostos devidos, nem das diligências que a AT tem em curso.

Mas é do conhecimento geral que o Secretário de Estado que tutelava a AT fez questão de estar presente em Miranda do Douro, ao lado do Ministro do Ambiente, quando este anunciou, provavelmente com o seu aval, que nenhum imposto era devido.

Além do caráter inédito desta declaração, ela coloca diretamente sobre a AT uma pressão inaceitável para que não liquidem os impostos devidos.

Nestes três anos, constatou-se que os órgãos do Estado que intervieram na autorização do negócio e na cobrança dos impostos têm vindo a falhar sistemática e generalizadamente. Dessa ação, ou da falta dela, muito têm resultado grandes benefícios para a EDP e as concessionárias, de valor igual ao prejuízo suportado pelos cidadãos da Terra de Miranda.

Este benefício sistemático à EDP parece constituir uma verdadeira ajuda de Estado, pelo que deve o Município ponderar a contratação de serviços necessários à apresentação de uma queixa à Comissão Europeia.

Decorre também uma investigação criminal por fraude fiscal agravada. A vítima desse crime é a população da Terra de Miranda, pelo que deve o Município ter uma ação permanente e persistente nesse processo, a fim de defender os interesses dos Mirandeses, e de, por essa via, garantir a reposição dos direitos dos Mirandeses.

Assim, propomos que seja aprovada uma moção para que o executivo municipal efetue as seguintes diligências:

- I) Apresente uma queixa à Comissão Europeia por apoios ilegais do Estado à EDP;*
- II) Apresente o documento divulgado pelo Movimento Cultural da Terra de Miranda como base para um pedido de diligências de investigação urgentes no âmbito do processo-crime em curso;*



Handwritten marks: a stylized 'S' and a signature 'A'.

III) *Exerça todos os seus direitos processuais de assistente neste processo, a fim de garantir a sua prossecução com a necessária celeridade;*

IV) *Apresente informação regular à esta Assembleia Municipal acerca das diligências anteriormente mencionadas."*

O **Deputado Fernando Vaz das Neves**, adiantou que este texto foi enviado ao Professor António, enquanto líder do Partido Socialista, que por sua vez lhe terá comunicado, e informou o Presidente da Mesa da Assembleia, que não os acompanharão, mas, por uma questão de boa cortesia, impunha que lhe fosse enviado com o tempo devido para poder estudar e analisar, e está no direito de o não aprovar a seguir.

Prosseguiu fazendo um reparo relativamente à questão do fornecimento de água neste concelho, dizendo que, esta questão também lhe diz um bocadinho de respeito.

Comentou que, às vezes se anda um pouco pela rama das coisas, e acha que em política se deve ter cuidado com aquilo que se diz, e com aquilo que se vai ouvindo, e fazer a filtragem da informação, neste caso, sobre as águas.

Afirmou que, não tem conhecimento de nenhuma comunicação da entidade de saúde local, a dizer que a água consumida no Concelho de Miranda do Douro é imprópria para consumo, nem de nenhuma outra entidade.

Deixando nota de que, a Câmara Municipal de Miranda do Douro até recebeu um mail da ERSAR, relativamente à qualidade da água consumida neste concelho, passando a ler um parágrafo, que consta na mensagem recebida, passando a citar:

"Das 227 entidades gestoras que prestaram serviço de abastecimento público de água em baixa, aos consumidores finais 89 foram distinguidos com a categoria de selo de qualidade exemplar de água para consumo humano. E, pela segunda vez a Câmara Municipal de Miranda do Douro faz parte desta lista, garantindo o respetivo selo, sendo a única entidade gestora do distrito, contemplada."

Explicou que, isto, é um prémio atribuído pela ERSAR, que é uma entidade independente, nomeada pelo Governo, mencionando que, por acaso agora o Governo é do Partido Socialista, e não lhe parece que isto não corresponda à verdade.

Relativamente ao laboratório em causa, disse, porque ouviu e assistiu, que os dados que foram pedidos respeitam a um funcionário que não está ligado às águas há mais de dois anos, desde que este Executivo tomou posse. Informando que, entretanto, esse funcionário saiu, e que, os



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

elementos que a Policia Judiciária pediu referem-se ao mandato de dois mil e dezoito a dois mil e vinte e um.

Lembrou que, não era este o partido que estava no Governo, e, por isso, se há algum problema, é um problema específico de um funcionário, e não está a dizer que é do Presidente, porque não lhe passaria pela cabeça dizer que algum membro de um Executivo, sabendo que a água estava contaminada a desse para consumo humano.

Reafirmou que se trata de um problema específico de um funcionário, que está a ser investigado, comentando que a justiça apurará o que tiver para apurar, garantindo que a água de Miranda tem qualidade para ser consumida.

E, disse que, às vezes nos esquecemos de determinadas coisas, como por exemplo, chegarmos a casa ligarmos a torneira e aquilo corre água.

Deixou um agradecimento muito especial à equipa das águas, aos funcionários da Câmara, que são incansáveis, mencionando que alguns dos Presidentes de Junta têm esse conhecimento, de que às vezes são duas, três, quatro da manhã e os funcionários estão lá, se for preciso, e por isso quis deixar aqui um agradecimento a todos os funcionários da Câmara, mas em especial aos funcionários das águas.

O **Vice-Presidente da Câmara**, Nuno Rodrigues cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, os Sr.s Secretários da Mesa da Assembleia, a Sr.ª Presidente da Câmara, os Sr.s Vereadores, os Sr.s Deputados, os Sr.s Presidentes de Junta, o público em geral, e os Sr.s jornalistas presentes.

Prosseguiu a sua intervenção proferindo o seguinte discurso:

"Vou começar por responder sucintamente a tudo.

Das iluminações é o que está colocado. Do corte da estrada junto à fronteira, o Município não pode fazer nada, é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, e, nem o Executivo sabia de nada a esse respeito.

Relativamente à água, vou tentar ser claro como a água! Se, há uma coisa que nos preocupa e nos tem preocupado ao longo destes dois anos, é a água, em todos os aspetos, desde as fugas de água, até à qualidade da água.

Quando houve esta investigação, a nossa primeira preocupação, no mesmo dia, foi contratarmos uma nova empresa, e mais, o Município de Miranda do Douro é o único município que não é sócio do laboratório que fazia as análises da água, é por isso que estamos muito à vontade. Fizemos sempre concurso público, ganha sempre o que está mais próximo, não é o que faz mais



SP
A

barato. Mas, já contratamos outro laboratório no próprio dia, se tínhamos contrato com o outro laboratório até ao final do ano podíamos cumprir o contrato, no entanto, contratamos outro laboratório logo de imediato, para ter segurança no serviço prestado.

O alumínio que aparece nos depósitos de água de Miranda, efetivamente, aparece o nível máximo aceitável, que é duzentos, e a análise mensal mais elevada que apareceu tinha um nível de alumínio de trezentos e vinte.

Estamos preocupados com a existência desse nível de alumínio na água e vamos tentar resolver essa situação, mas, vou dar uma breve explicação do que acontece para aparecer esse nível de alumínio nas análises efetuadas à água.

A água do Rio Douro já por si apresenta um índice de alumínio na ordem dos, cento e noventa e seis, e no tratamento da água vai ser adicionado mais alumínio, devido ao que aparece aquele valor nas análises, o mesmo não acontece, por exemplo, em Malhadas, aparece um nível de alumínio inferior.

Isto que fique bem claro, vamos redigir uma nota e afixa-la, logo que saia o relatório das análises, porque anda por aí um ruído, e preocupa-me que as pessoas falem mal pelas costas, porque se as pessoas viessem falar diretamente comigo ficavam esclarecidas.

Mas, fiquem descansados, a água de Miranda tem boa qualidade, não obstante, enviamos um mail à ERSAR a dizer que não queríamos receber de imediato o prémio que nos foi atribuído pela qualidade da água deste concelho, sem primeiro recebermos as novas análises.

Espero que este assunto esteja esclarecido.”

A **Deputada Bárbara Fráguas**, pediu ao executivo para clarificar se a água se pode beber ou não, afirmando que, não com isto não pretende pôr nada em causa, apenas confirmar se pode ou não ser consumida.

O **Vice-Presidente Nuno Rodrigues** respondeu que, é bom que fique esclarecido que as pessoas podem beber a água fornecida pelo município, a água que não deve ser consumida é a que se encontra nas fontes que existem nas aldeias, porque não está tratada.

Prosseguiu conforme se segue:

“Relativamente à intervenção do Deputado Emanuel Bernardo, vou começar por explicar a questão da Zona Industrial.

A Zona Industrial tinha já um projeto feito, quando chegamos aqui ainda não estava aprovado, já foi aprovado com o atual executivo, é um projeto que tem várias deficiências, não quer dizer que



Handwritten initials and a signature mark.

esteja mal elaborado, foi elaborado da forma que consideraram ser adaptável ao terreno e que era melhor para aquela zona específica.

Tivemos um problema quando foi efetuado pedido de parecer às Infraestruturas de Portugal, que se recusam a deixar passar as águas pluviais na obra de arte do IC5.

Este, é um problema que vamos ter, e, é nestes aspetos que devemos ser sérios, mas, contudo, lançamos a obra a concurso, porque tínhamos financiamento até junho para ver se conseguíamos começa-la, e depois ver se conseguíamos resolver essa questão do parecer.

O Tribunal de Contas, demorou três meses para nos dar um parecer, e ainda por cima o parecer foi desfavorável. Mas, se calhar tudo isto, por um lado, foi bom que acontecesse porque devido a isso a Câmara não tem que pagar os duzentos e oitenta mil euros de que as pessoas falam.

Que falam, mas, que não sabem do que estão a falar, mais ladainhas, para que o povo se exalte mais, porque dizem, até são inexperientes, até nem sabem, até nem se preocupam, até nem gostam de trabalhar, e deixa ver se os conseguimos queimar ainda mais, foi isso que aconteceu.

Entregamos a obra em fevereiro, e em junho tínhamos que ter a obra pronta. Essa obra estava financiada até junho e depois se prolongaria até novembro caso fosse necessário, tal como aconteceu com outras idênticas, porque foram alargados os prazos.

Nós, executivo, felizmente conseguimos acabar, e, é dessas obras que foram concluídas que devíamos falar, no entanto, só se fala do que se acha que é mau, do que é bom não se fala.

Só se comenta, dos dinheiros que desaparecem das contas para festas, festinhas e festarolas, que tudo isto faz parte da nossa cultura, se calhar, muito melhor do que era.

Quanto à zona industrial, é isto, e, só não foi feita a obra porque estávamos com receio que o empreiteiro não acabasse a obra do matadouro de Mogadouro, e nós vamos conseguir acabar a obra do matadouro primeiro, podem ficar descansados, isso vai acontecer.

Tínhamos receio que o empreiteiro não acabasse a obra, e o Tribunal de Contas ainda não tinha dado o parecer, e foi por isso que acabou o financiamento, e a Câmara não ia assumir pagar na totalidade um milhão e meio de euros para execução dessa empreitada.

Vai haver uma nova candidatura e vamos lançar novamente essa obra, e estamos a fazer um estudo a respeito da Zona Industrial de Duas Igrejas, e da Zona Industrial de Palaçoulo.

Vamos reduzir o número de lotes para doze, e vamos acrescentar mais lotes em Palaçoulo, e vamos apresentar essa candidatura até março do próximo ano, e se houver financiamento não se perderá.



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

Relativamente à ETA, estava adjudicada a uma empresa, era para já ter iniciado, mas ainda não foi, mantivemos o projeto, mas tivemos várias divergências com o projetista, não concordamos muito com o projeto apresentado, chegamos a um ponto em que tínhamos alguma urgência, e decidimos manter o projeto porque queríamos dar início à obra e fazer um projeto de raiz demorava muito mais tempo.

A Câmara lançou o projeto a concurso, o projetista deu-nos o valor para execução do projeto, que é de 800.000,00 € (oitocentos mil euros), e a empresa concorrente apresentou um valor de novecentos mil euros, não podíamos entregar a obra por um valor superior àquele que estava previsto em projeto, e foi por esse motivo que não se avançou com a empreitada da ETA.

Tem que ser preparada uma nova candidatura, mandar reformular o projeto todo, se nenhuma empresa concorre para executar o projeto é porque não sabem, então, ou remodela-se o projeto, ou o procedimento vai a baixo. Portanto, não foi levada avante essa empreitada por esses motivos e não por distração, ou por não saber das coisas.

Foi apresentado o projeto do matadouro em Sendim, com pompa e circunstância, e muito bem, porque era o projeto que tínhamos mandado fazer, tínhamos os pareceres todos positivos, faltava-nos apenas o parecer da Câmara, e o parecer do Instituto da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Batalhamos, para conseguir que fosse alterado o parecer desta última entidade, porque sendo zona de médio/baixo risco de incêndio e mesmo assim, para termos esse parecer, tivemos que passar toda aquela zona onde se pretende implementar o matadouro, para zona agrícola. Demorou um ano, e esse parecer foi emitido em setembro, porque o projeto era para ser lançado por quatro milhões e cem euros, isto em dois mil e vinte e dois, mas em dois mil e vinte e três, como todos sabem, os preços dispararam, e alteramos no projeto o que concerne ao frio, que passou a ser mais moderno.

Neste momento, já temos o parecer e o projeto e vamos lançar a concurso este projeto em janeiro de 2024, e é para fazer a obra em Sendim, junto à ETAR e ao Lagar Olivícola.

No que respeita ao acordo intermunicipal, assinado em dois mil e onze, pelos autarcas dos Municípios de Mogadouro, de Miranda do Douro, e de Vimioso, o atual executivo ainda não estava em funções nessa época, mas o atual Presidente da Câmara de Mogadouro estava na qualidade de Vereador, e à época concordou e assinou o acordo.

Portanto, devíamos-nos de deixar de lamechices e defender os interesses dos concelhos. E neste caso, se temos um matadouro em Miranda, temos o projeto feito, dissemos a Mogadouro e a



Handwritten marks: a stylized 'S' and a signature-like mark.

Vimoso que nós assumíamos a parte que não fosse financiada, e que, conseguíamos financiamento. Devido a estas lamechices podemos nem ter financiamento, e isso é o que mais nos custa. Com Vimoso correu muito bem, concordaram, com a Raça Mirandesa, também correu bem, só Mogadouro é que insistiu com a atitude do seu Presidente.

Quanto ao Cetro de Saúde, nós fizemos tudo para apoiar o Centro de Saúde, aprovamos aqui um protocolo para conseguir ter mais médicos, e, por conseguinte, mais consultas, e promovemos o seguro de saúde, para servir de complemento ao Serviço Nacional de Saúde, no sentido de os utentes pudessem ter acesso a exames médicos mais rapidamente. Este meio de suporte de saúde nunca substituiria o SNS, nem as consultas de clínica geral.

Quanto ao regadio tradicional, este é um trabalho que o anterior executivo devia ter feito e não o fez. Não deixou nenhum regadio inscrito, e tínhamos um estudo do regadio, que um dos nossos Presidentes da Junta descobriu em Chaves, na Direção Regional da Agricultura, concretamente, o Presidente da União de Freguesia de Iфанes e Paradela, e, ninguém sabia dele.

Neste momento, felizmente esse estudo está em minha posse, antes ninguém olhou para ele, nem para os tradicionais, que eram Constantim, São Martinho, e São Pedro da Silva.

São Martinho gastou verba para mandar elaborar o projeto e ficou sem concretizar, porque nem sequer foi inscrito, a CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes), já está a fazer um estudo para os reabrir.

No que se refere ao ensino superior, temos estado a trabalhar muito nesse âmbito, conseguimos reunir à mesa duas instituições, nomeadamente, com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e com o Instituto Politécnico de Bragança e comprometeram-se para connosco a abrir ciclos de estudo aqui em Miranda do Douro. As duas instituições encontram-se sediadas na nossa região, e estão muito interessadas em abrir aqui neste concelho. Para já, será difícil abrir aqui licenciaturas, porque são abertos concursos a nível nacional, e não podemos cair no erro de abrir vagas e aparecerem apenas quatro ou cinco alunos, que é para não matar logo à partida a aposta no ensino superior. Certamente que no próximo ano abrirá já um mestrado no âmbito do património, com a colaboração das duas instituições de ensino, e a cultura. E ainda este ano irá já dar início um mestrado no âmbito das novas tecnologias, com todos os municípios.

Quanto ao saldo da Câmara Municipal de Miranda do Douro, eu nunca vi nesta Câmara um saldo de cinco milhões, e se quiserem vão ao meu gabinete, porque me preocupei saber, e posso mostrar-lhes qual era o saldo no dia em que este executivo cá chegou, e o saldo em dois



ES
A

mil e vinte e três. E, isso, é que é mau, dizer à população que a Câmara tinha cinco milhões de euros.

E vou dizer mais, os projetos financiados, Centro de Genética, estava financiado a cinquenta e cinco por cento, nós conseguimos financiamento a oitenta e cinco por cento, a obra da EB1 de Miranda do Douro, estava financiada com trezentos mil euros, conseguimos um financiamento no valor de oitocentos mil euros. É aqui que se gasta o dinheiro, mas fomos buscar muito financiado. E os três projetos dos dois milhões e meio, até eram de quatro milhões, e vamos ver se conseguimos esse valor. Os projetos da Despoluição do Rio Fresno, do Pulmão da Cidade, e o das 8000 mil Habitantes, 8000 mil Árvores, estão todos em execução.

Se me perguntarem se é o projeto idealizado, responderia que não, mas, eram projetos que estavam no REATE e tinham que ser aprovados pelas Infraestruturas de Portugal e pela Qualidade Ambiental.

No que toca às cooperativas, apoiamos as cooperativas e estamos prontos para apoiar, sempre que haja verbas. Já disse que, apoiamos a Adegas Cooperativas de Sendim com cento e quatro mil euros, a Cooperativa de Palaçoulo apoiamos com dezassete mil euros, para a elaboração do projeto, e apoiamos mais seis mil euros para a compra de um carro, são vinte mil euros.

Eu tenho a certeza que nenhum executivo anterior apoio tanto, em tão pouco tempo, as cooperativas como nós apoiamos.

A celebração do "Dia 25 de abril", é um assunto que será discutido entre todos, a Escola também está muito envolvida nesta temática, nós também estamos, e também estamos envolvidos com a Escola, e todos gostamos muito da democracia.

O arranjo das vias em São Martinho, tem toda a razão, quando se refere a tapar buracos nos arruamentos, é uma desculpa imensa que temos que pedir, por não ter mandado tapar os buracos antes. É verdade que já devíamos ter tapado os buracos no piso das ruas há mais tempo, mas esse problema não é de há dois anos a esta parte, já é de há doze ou treze anos atrás.

O que agora foi feito não é um trabalho perfeito, havemos de fazer melhores trabalhos.

Já aqui referimos que São Martinho tem as canalizações de água e saneamento muito antigas e ao colocar alcatrão em cima rebentam todas, e se isso acontecesse ia ter que se abrir o piso das ruas, e não é isso que se pretende.

Para deixar São Martinho perfeito, em termos de infraestruturas, é necessário fazer um enorme investimento, e sem candidatura não é possível, porque não vamos pedir o dinheiro ao banco.



§
A

Neste momento não há candidaturas nesse âmbito, tivemos uma oportunidade de candidatura das previstas no Roteiro, no valor de mais de um milhão de euros, mas, informaram que as águas que geram rendimento não podem ser candidatas ao fundo ambiental.

Às empreitadas da Despoluição do Rio Fresno, do Pulmão da Cidade, e das 8000 mil Habitantes, 8000 mil Árvores, não existiam projetos feitos, nem sequer sabíamos que existia a possibilidade de fazer candidaturas.

Estiveram cá o Dr. Pimenta Machado, e a Dr.^a Célia Ramos que nos informaram que podíamos fazer essas candidaturas, que estavam direcionadas para nós, são as tais verbas do Roteiro.

O Fundo Ambiental do Roteiro, também tem cinco milhões para candidaturas, mas fomos verificar e ainda não abriu nenhuma. Recebemos um mail, no dia de ontem, da Dr.^a Célia Ramos, a comunicar que temos apenas dois projetos prioritários, mas, com financiamento faseado.

Em dois mil e vinte e quatro serão dispensados cento e vinte e oito mil euros, e em dois mil e vinte e cinco, mais duzentos mil euros, até perfazer um milhão, duzentos e trinta mil euros.

Cuidado com o Roteiro das Barragens, isto é que é importante saber, porque Miranda do Douro era para ter participações no valor dos quinze milhões de euros, já fomos buscar cinco milhões, com a aquisição do camião cisterna, a telegestão, o depósito de água de Atenor, a Despoluição do Fresno, o Pulmão da Cidade, e as 8000 Habitantes 8000 mil Árvores, sendo que, esse dinheiro veio todo do Roteiro.

No que concerne ao empréstimo da máquina giratória, não é verdade, sempre que é solicitada à Câmara e uma determinada Junta de Freguesia a requisitou, pedimos para ir para onde é mais urgente, sempre que precisarem estaremos sempre disponíveis.

Os Presidentes de Junta são testemunha, e vou perguntar-lhes se eventualmente se sentem discriminados uns em relação aos outros?

Relativamente à Proteção Civil, temos que rever essa questão com muita atenção, há sempre a possibilidade de rever, e também já reforçamos o nosso Gabinete da Proteção Civil, nós também estamos a aprender.

O FEF atribuído às Juntas de Freguesia, foi este Executivo que decidiu atribuir mais esta verba às Juntas de Freguesia, que era a maneira mais justa de fazer a distribuição, e ninguém dizer que é beneficiado ou prejudicado relativamente aos outros.

O FEF deste ano não foi transferido porque apenas três Presidentes de Junta os vieram solicitar, foi Genísio, Póvoa. Ifanes e Miranda também já entregaram o pedido.



U\$
K

Mas, temos que cumprir os protocolos, devem remeter o pedido, fazendo-o acompanhar pelo comprovativo do valor que foi atribuído anteriormente através de faturas de despesa e de fotografias da obra executada, isto, relativamente ao ano dois mil e vinte e três. Portanto, as verbas que depois de apresentar o pedido conforme dito anteriormente, forem transferidas reportam-se ao ano dois mil e vinte e três.

Relativamente às ARU'S, a nós também nos custa que não haja mais ARU'S neste concelho, mas, ainda não temos os pareceres em relação ao PDM, são vinte e uma instituições a dar pareceres, e ainda não temos esses pareceres todos, e isto atrasa-se."

O Vereador Vítor Bernardo apresentou a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos, Presidente da Assembleia, Sr.s Deputados, Presidente do Executivo, é só para fazer uma correção de forma.

Professor António já não há fronteiras, portanto, já não há fecho de fronteiras na União Europeia, presumo.

As Infraestruturas de Portugal emitem licença nesse âmbito, a título excepcional, mas, sei que eles não cumprem, porque eles devem abrir a passagem ao trânsito de duas em duas horas, durante meia hora, mas eles não fazem isso, porque têm equipamentos pesadíssimos.

Ao Deputado Emanuel Bernardo, que falou nos membros do executivo anterior, atas de 2/2021, 7/2021, 8/2021, 9/2021, 10/2021, aconselho a lê-las, para ver a posição do executivo anterior em relação aos impostos. Porque se, têm feito o que deviam fazer, não estávamos aqui nesta figurinha hoje. Festas, festinhas, e saldo de dotações orçamentais, março de dois mil e vinte, total de dotações orçamentais: dois milhões e trezentos mil euros, antes da pandemia, como é evidente. Saldo de dotações orçamentais, novembro de 2023: um milhão e setecentos mil euros, mas, com tudo o que estava de pantanas, porque quando chegamos ao executivo da Câmara, tínhamos um parque de máquinas miserável, tínhamos o pavilhão multiusos a servir de garagem, adquirimos, por quatrocentos mil euros, o melhor edifício da Zona Industrial.

Relativamente à Zona Industrial, disse em fevereiro o que vinha no comunicado anónimo que andou para aí distribuído, e volto a reafirma-lo perentoriamente. Tenho dito!"

O Presidente da Assembleia Municipal referiu em relação ao facto de não ter estado presente nas comemorações do "Dia da Cidade", que não pode mesmo estar presente, porque teve outros compromissos, e que, nem sequer estava no país, portanto, não podia ter estado em Miranda.



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

Quanto ao facto de ter, posteriormente, vindo a acompanhar a visita de um partido, transmitiu que tinha sido convidado pela Câmara Municipal nesse sentido, e veio porque ia à Cooperativa de Sendim.

Agradeceu ao Deputado Emanuel Bernardo pelo reconhecimento de que está a fazer um bom trabalho na Faculdade de Economia, do Porto, enquanto Diretor, e acredita que, efetivamente, tem estado a fazer um bom trabalho.

O **Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho**, Lísis Gonçalves, solicitou novamente o uso da palavra para dizer o seguinte:

"Senhor Presidente, deixe-me salvaguardar aqui uma situação. Efetivamente, a Associação Floresta + Agro de São Martinho, com o Sr. Porfírio a fazer uma grande força, e muito bem-feita, fizeram-se projetos para os regadios em São Martinho, no entanto havia uma lacuna que vinha, penso eu, da parte política da câmara na altura, em que se for ver um anúncio deste regadio, não havia nenhuma freguesia do Concelho de Miranda elegível a essa candidatura, portanto, podíamos fazer aqui mil e uma coisa, mas não se podia candidatar nenhuma freguesia, inclusive São Martinho, a esta medida.

Portanto, espero que no futuro, quando houverem medidas deste género que as freguesias se possam candidatar com a ajuda das associações de regantes, e espero que isso venha a ser feito.

Relativamente ao projeto da pavimentação e requalificação da parte da água e saneamentos e de prevenção confirmem-me, existe realmente um trabalho de casa já executado para que, caso haja uma medida para se candidatar esta obra por parte da DOM da Câmara, está o trabalho de casa feito, levantamentos, orçamentos, dimensionamentos, está feita essa parte?"

O **Vice-Presidente da Câmara**, Nuno Rodrigues, respondeu que estão apenas feitos os levantamentos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, apelou ao Vereador Vítor Bernardo para não se esquecer dos quinhentos euros de dois mil e vinte e dois, afirmando que está em dívida para com a sua Junta de Freguesia.

E solicitou que lhe fosse confirmado no final do mandato, em dois mil e vinte e cinco, se todas as juntas de freguesia receberam quatro transferências de FEF.

O **Vice-Presidente da Câmara**, Nuno Rodrigues, respondeu que vão receber três FEF'S. Em dois mil e vinte e quatro vão receber o de dois mil e vinte e três, em dois mil e vinte e cinco



recebem o de dois mil e vinte e quatro, e em dois mil e vinte e seis recebem o de dois mil e vinte e cinco.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, perguntou se num mandato as Juntas de Freguesia iriam receber num mandato três vezes um FEF.

O **Vice-Presidente da Câmara**, Nuno Rodrigues, respondeu que se o executivo considerar que deve transferir essas verbas para as juntas de freguesia, porque agora podem faze-lo, assim farão, mas, caso não possam faze-lo não o farão porque o tem estado a ser feito atualmente não tem caráter obrigatório.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, atendendo ao adiantado da hora suspendeu a reunião, indicando que seria retomada por volta das catorze horas e trinta minutos.

Retomada a reunião, e sendo que, os Deputados Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, eleito pelo PS, e Clara Inês Lucas Martins, eleita pela coligação PPD/PSD.CDS-PP-Tempo de Acreditar, renunciaram ao mandato, ao abrigo do n.º 1, do artigo 57.º, do Regimento da Assembleia Municipal, que reza o seguinte:

“Renúncia ao Mandato”

1-Os membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada quer antes quer depois da instalação da Assembleia.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu ao ato de investidura dos dois elementos que integram as listas das últimas eleições autárquicas, ao abrigo do previsto no n.º 1, do artigo 60.º do Regulamento da Assembleia Municipal, conforme consta no mesmo e passo a citar:

“Preenchimento de vagas

1-As vagas ocorridas na Assembleia Municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.”

Assim, Marisa Pardal Lavrador, pela coligação PPD/PSD.CDS-PP-Tempo de Acreditar, e Alberto Marçal Morais Mendes, pelo PS, aceitaram sob compromisso de honra, as funções que passam a ser-lhes confiadas, conforme se segue:

O **Presidente da Assembleia Municipal** convidou a candidata a deputada, Marisa Pardal Lavrador a tomar posse, tendo a mesma feito as seguintes declarações:

“O meu cumprimento a todos, uma boa tarde,



Handwritten signature and initials.

Aceito de bom grado o cargo como deputada e darei o meu melhor contributo a todos os Mirandeses.”

Passando à formalidade, procedeu à leitura de declaração sob compromisso de honra, aceitando as funções que acabaram de lhe ser confiadas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** convidou o candidato a deputado, Alberto Marçal Morais Mendes a aproximar-se do palanque para proceder à sua investidura, tendo este apresentado as seguintes declarações:

“Boa tarde a todos,

É um prazer estar aqui, para alguns é a primeira vez, para outros será a primeira de muitas.”

Passou, então, a ler a declaração sob compromisso de honra, assentindo as funções que através daquele ato lhe foram confiadas.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de investidos os dois novos membros desta Assembleia Municipal, deu prossecução aos trabalhos, passando ao ponto seguinte

3. Aprovação da ata da reunião realizada a 25 de setembro de 2023.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, a propósito da ata da reunião realizada a vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, explicou que a ata se encontra incompleta devido a falhas nas gravações efetuadas naquela reunião, propondo aos membros desta assembleia que a ata fosse aprovada na próxima reunião, por forma a constar a parte que falta das intervenções então efetuadas, tendo todos os membros presentes na referida reunião consentido o que foi proposto.

5. Apresentação e votação do Regulamento de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao executivo municipal perguntou se pretendiam dar algum esclarecimento a respeito desta temática, tendo-se manifestado o Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** transmitiu aos presentes que o regulamento supradito tem como objeto estabelecer as normas técnicas relativas à limpeza de terrenos no interior das áreas edificadas no concelho de Miranda do Douro, e que se aplica a todo o território deste concelho.

Referiu que, alguns Presidentes de Junta de Freguesia integram a Comissão nomeada para o efeito, e que o presente regulamento foi submetido à apresentação e votação deste órgão deliberativo, para que fosse aprovado.



§
A

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros deste órgão deliberativo intervissem caso pretendessem fazê-lo, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** disse que gostaria de questionar não em relação a esta associação, mas, em relação a outra, nomeadamente, a AECT Duero-Douro, saber se este Município ainda faz parte dessa associação.

O **Vice-Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente, acrescentando que este município também integra a Fundação Afonso Henriques, transmitindo que vai ser criada uma nova associação no sentido de poder ter acesso a candidaturas transfronteiriças.

. Não se tendo inscrito nenhum dos membros, passou à votação do Regulamento de Gestão de Combustíveis no Interior das Áreas Edificadas, que foi aprovado, por unanimidade, dos membros presentes.

Em seguida, passou ao ponto número seis, que trata da votação do modelo do acordo da aprovação da participação do Município de Miranda do Douro na Associação Europeia de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro.

Sugeriu que, rapidamente se tente concluir, e que, posteriormente se faça passar por todos os membros desta assembleia, para que possa ser completada, tendo todos os membros presentes anuído com o proposto por parte do Presidente da Assembleia Municipal.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, interveio conforme se segue:

“Senhor Presidente, deixe-me salvaguardar aqui uma situação. Efetivamente, a Associação Floresta + Agro de São Martinho, com o Sr. Porfírio a fazer uma grande força, e muito bem-feita, fizeram-se projetos para os regadios em São Martinho, no entanto havia uma lacuna que vinha, penso eu, da parte política da câmara na altura, em que se for ver um anúncio deste regadio, não havia nenhuma freguesia do Concelho de Miranda elegível a essa candidatura, portanto, podíamos fazer aqui mil e uma coisa, mas não se podia candidatar nenhuma freguesia, inclusive São Martinho, a esta medida.

Portanto, espero que no futuro, quando houverem medidas deste género que as freguesias se possam candidatar com a ajuda das associações de regantes, e espero que isso venha a ser feito.

Relativamente ao projeto da pavimentação e requalificação da parte da água e saneamentos e de prevenção confirmem-me, existe realmente um trabalho de casa já executado para que, caso



Handwritten signature and initials.

haja uma medida para se candidatar esta obra por parte da DOM da Câmara, está o trabalho de casa feito, levantamentos, orçamentos, dimensionamentos, está feita essa parte?"

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estão apenas feitos os levantamentos.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves, dirigindo-se ao Vereador Vítor Bernardo, pediu para não se esquecer dos quinhentos euros, respeitantes a dois mil e vinte e dois, afirmando que está em dívida para com a Junta de Freguesia de São Martinho. E pediu para que lhe seja confirmado, no final do mandato, em dois mil e vinte e cinco, se todas as Juntas de Freguesia receberam quatro transferências de FEF.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, respondeu que as Juntas de Freguesia vão receber três FEF's, o de dois mil e vinte e três vão recebe-lo em dois mil e vinte e quatro, em dois mil e vinte e cinco receberão o de dois mil e vinte e quatro, e em dois mil e vinte e seis recebem o referente a dois mil e vinte e cinco.

O **Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho**, Lísis Gonçalves perguntou se vão receber num mandato três vezes um FEF.

O **Vice-Presidente da Câmara**, Nuno Rodrigues respondeu que, isso, acontecerá apenas caso o executivo considere que devem transferir essas verbas para as Juntas de Freguesia, porque, neste momento podem fazê-lo, mas, caso venha a acontecer que não possam fazê-lo não o farão, porque o que o atual executivo tem estado a fazer, não é obrigatório, é feito porque o executivo assim entende que deve fazer.

Encerradas as intervenções dos membros inscritos e dos membros que solicitaram o uso da palavra, bem como as intervenções dos membros do órgão executivo, que deram resposta às questões colocadas pelos membros deste órgão deliberativo, passou ao ponto que se segue.

6. Votação do modelo do acordo da aprovação da participação do Município de Miranda do Douro na Associação Europeia de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem interviessem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** lembrou, em relação à AECT Duero-Douro, que há trinta anos que trabalha com essa associação, tendo sido sempre muito produtiva a colaboração entre essa associação, a Câmara Municipal e as Escolas, fazendo atividades muito positivas.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, mencionou que, o primeiro projeto partilhado é o das bicicletas elétricas, que a iniciativa que este município acompanha com a



S
A

Duero-Douro é a das bicicletas, que ganhou a Associação Mirai Q'Alforjas, informando que, em conjunto com a Associação Douro-Duero, será colocado um ponto para bicicletas elétricas em Sendim, e outro em Picote.

O **Presidente da Assembleia Municipal** uma vez concluídas as intervenções, pôs este assunto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade o modelo do acordo da aprovação da participação do Município de Miranda do Douro na Associação Europeia de Cooperação Territorial Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro.

Também deliberou, por unanimidade, proceder ao tratamento do processo notificando as autoridades nacionais portuguesas, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, e em conformidade com o Decreto Lei n.º 376/2007, de 08 de novembro, que adota as medidas necessárias para garantir a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, tendo em conta as alterações introduzidas pelo Regulamento (EU) n.º 1302/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), no que se refere à clarificação, à simplificação e à melhoria da constituição e do funcionamento desses agrupamentos.

Prosseguiu a reunião passando ao ponto número sete da ordem de trabalhos, agendado sob o título, apresentação e votação dos documentos inerentes às Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento.

7. Apresentação e votação dos documentos inerentes às Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, entretanto, passou a palavra ao Executivo Municipal para explicar de forma sucinta do que consta nos documentos respeitantes ao assunto acima indicado.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, expôs que, o orçamento agora apresentado tem um valor inferior ao apresentado no ano transato, concretamente, é um orçamento na ordem dos vinte e três milhões e trezentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros, e noventa e sete cêntimos.

Referiu que, os projetos aos quais o executivo municipal pretende dar início em dois mil e vinte e quatro, e que, já têm financiamento para mandá-los executar.



Handwritten initials and a signature mark.

Considera que se trata de um orçamento realista, porque não podiam deixar de fora nenhum dos projetos que nele constam. Referindo-se ao matadouro disse que, essa obra será executada quer com dinheiros do próprio município ou através de fundo advindos da formalização de candidaturas.

Mencionou que, também consta no orçamento apresentado a verba que advirá do IMI, caso venha a ser transferido para o município.

Mencionou que, no caso de virem a abrir as candidaturas ao 2030 terá que ser reformulado o plano.

Em relação ao mapa de pessoal, disse que, está praticamente igual ao do ano passado, tendo sido apenas modificado a criação de dois ou três postos de trabalho.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia falar a respeito do assunto em apreciação e aprovação, tendo-se inscrito para intervir os seguintes membros: Emanuel Bernardo, António Santos, Fernando Vaz das Neves.

O **Deputado Emanuel Bernardo**, proferiu as palavras que a seguir são transcritas:

“Minhas senhoras e meus senhores,

Este orçamento é um orçamento de cerca de 23 milhões de euros, menos 3 três que o apresentado no ano transato. Esse que foi com pompa e circunstância anunciado como o maior da história, mas aquele em que a execução da despesa de capital, referente a investimentos, a 30/09 ainda não tinha superado os 30%.

Para este ano, apesar de o orçamento ser menor aumenta a previsão de despesas correntes, o que é natural, e diminui em cerca de 4 milhões a previsão de despesas de capital. Terá isto que ver com projetos concluídos ou que se perderam como a Zona Industrial?

Esta obra e a do matadouro continuam inscritas no plano de orçamento, e por isso continuaremos a aguardar por elas. Queria realçar também que há uma diminuição da previsão de investimentos, sendo que o plano plurianual de investimentos não chega a um terço (1/3) do total do Orçamento Municipal previsto para 2024. Aquilo que concluímos é que este orçamento não só diminui o seu valor total, mas ainda diminui mais o seu valor de investimentos, o que significa que o orçamento apresentado há um ano era algo irrealista e exagerado, tal como referem os dados da taxa de execução até à data.

Para além disso esta diminuição do orçamento total e dos investimentos significam, a meu ver que há uma falta de continuidade na ação política governativa deste executivo municipal, sendo assim desconectado.



Handwritten initials and a signature mark in the top right corner.

Exemplo disso é que de tudo o que apresentou em campanha aos mirandeses, apenas o Seguro Privado de Saúde avançou e este é o 3.º orçamento deste executivo, com toda a legitimidade eleito, e dele nada se vislumbra sobre as restantes promessas de campanha da candidatura do PSD/CDS. Aliás, as poucas obras que estão em andamento transitavam já de projetos do anterior executivo. Gostaria que no próximo ano o orçamento incluísse mais medidas, também do PSD, legítimas, pelo resultado das eleições, para serem discutidas e posteriormente nós avaliaremos essas medidas.

Por tudo isto que enunciei anteriormente, por não considerar que este seja um bom orçamento para os mirandeses e por considerar que este orçamento não será de grande execução, não me considero em condições de votar favoravelmente a proposta do Orçamento Municipal para o ano de 2024.”

O Deputado António Santos proferiu as seguintes palavras:

“Identifico-me com algumas das preocupações que o Emanuel anunciou relativamente ao orçamento, não deixo de reconhecer, no entanto, que uma das principais críticas que tínhamos feito ao orçamento anterior, era que era exagerado, com o valor mais elevado de sempre, provavelmente também com a maior taxa de incumprimento que vamos ter.

Folgo ver que tenhamos uma redução de três milhões de euros, porque de alguma forma é uma aproximação à realidade. Há algumas situações sobre as quais continuamos a ter alguma preocupação, nomeadamente com as taxas de execução possíveis. O ideal seria que conseguíssemos executar a cem por cento, naturalmente, seria sempre bom para o Concelho e para os Mirandeses.

Temos a questão do seguro de saúde, que está ali inscrito, contra o qual sempre estivemos, mas que tem toda a legitimidade de lá estar.

Depois de sabermos algo, eu sei que fizeram sessões de divulgação junto das freguesias sobre o funcionamento, não o fizeram junto de nós. Eu não tenho conhecimento de como isso funciona. O seguro de saúde levanta-me algumas questões, nomeadamente depois de saber que as pessoas têm que ir para Viseu, que me parece assim um anacronismo. Quem é que paga pelo transporte? O que é que cobre o seguro? Esse tipo de questões, para nós podermos fazer uma avaliação mais correcta da situação, seria importante que isso fosse do conhecimento público e dos membros da Assembleia. Eu, sinceramente, não tenho esse tipo de conhecimento, para mim era importante. Já me levantava algumas reservas antes, quando achava que iria ser um seguro de saúde igual aos outros, em que cada um teria o seu cartãozinho e a unidade de



saúde tinha os seus descontos, tinha os seus exames a melhor preço. Depois de saber o tipo de funcionamento que tem da triagem, da deslocação, ainda me levanta mais questões. Eu gostava de ver refletido, por exemplo, na informação que a Senhora Presidente da Câmara nos transmite nas reuniões, informação sobre o número de pessoas que têm ali aderido, o número de pessoas que são encaminhadas, que são transportadas, quem é que as transporta. Para se fazer uma análise correta num investimento que está a ser feito. São seiscentos e noventa mil euros, em dois anos, é muito dinheiro, e eu acho que, pelo menos, aqui uma coisa à partida devia ser garantida, que vai fazer-se uma avaliação muito rigorosa desta situação, e que, eventualmente daqui a dois anos se mude para uma solução melhor, ou não, se eventualmente essa avaliação assim o indicar. Agora, acho que devemos estar abertos a isso, porque isso é fundamental, é dinheiro de todos nós e que importa gastar da melhor forma.”

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** apresentou as seguintes declarações:

“É só o segundo orçamento nosso. O orçamento vem no seguimento dos anos anteriores, e este executivo com base no programa eleitoral reflete as preocupações que este executivo tem tido ao longo deste mandato.

O Emanuel, falou das despesas correntes, é normal que elas aumentem, por uma razão muito simples, o aumento das competências das autarquias locais, nestes últimos anos é abismal, o que posso dizer, é que os custos da transferência de competências na Câmara de Miranda ascendem a um milhão de euros, é normal que cresça logo sessenta e oito por cento.

Relativamente aos fundos europeus, a situação hoje, é uma situação de transição, temos o quadro antigo a fechar, e o quadro novo a abrir. Neste momento, não se podem fazer candidaturas porque ainda não há os avisos, e também não podemos refletir neste orçamento esses valores porque ainda não estão abertas as candidaturas.

Relativamente à execução orçamental num único orçamento que temos aprovado por este executivo em dois mil e vinte e dois, ela foi superior a sessenta e sete por cento.

Se fossemos pegar nos dados de hoje, o orçamento não seria, como se disse, não atingiria os, cinquenta, nem os sessenta, mas chegaria aos sessenta e quatro por cento, mas como as contas só serão fechadas na seguinte reunião desta Assembleia, veremos depois como é que isto anda.

Relativamente à preocupação do orçamento, nós mantemos um apoio às pessoas e às empresas no que se refere à derrama, a isenção de todos os sujeitos passivos de IRC que tenham mantido ou criado postos de trabalho, exceto o setor financeiro das barragens, taxa



(Handwritten signature and initials)

reduzida a 0,01%, para empresas com um volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), 1,5% para empresas que não tenham mantido ou criado postos de trabalho.

No IMI mantem-se a taxa mínima para toda a gente, e temos a redução da taxa de imposto a aplicar sobre prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

No IRS mantem-se uma participação variável para o ano 2024, de 2,5% (dois e meio por cento), e ainda temos outras medidas, tais como, desde que este executivo tomou posse não se aumentou o preço da água, continua isenção de taxas de publicidade e explanadas para as empresas, o transporte grátis para doentes oncológicos, e também, o reforço das equipas de intervenção permanente do concelho, com mais duas equipas de dez bombeiros, financiadas a 50% (cinquenta do cento), pela Câmara Municipal.

Quanto ao seguro municipal de saúde, é uma questão ideológica, não vale a pena aqui dizer muito mais sobre isso, porque da nossa parte teremos este orçamento apresentado no futuro.”

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, pronunciou-se conforme se segue:

“É só dar aqui um esclarecimento, para que as pessoas fiquem aqui esclarecidas a respeito dos três milhões. Não há nenhuns três milhões, é simplesmente só o 2030, ainda não abriu, temos lá cerca de dez milhões, podemos em fevereiro, em março, ou em abril voltar aqui a trazer o orçamento.”

O **Deputado António Santos**

Isso é mau sinal.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**

Porquê?

O **Deputado António Santos**

Porque não vamos conseguir cumprir. Pôr lá e não cumprir.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, apresentou a seguinte intervenção:

“Não, não! Só podemos pôr lá se tiver financiado, se houver candidatura, por esse motivo é que ainda não consta lá, mas estão ali cerca de dois milhões ou mais.

A Dr.^a Célia Ramos mandou-nos os dois milhões e tal dos dois projetos, concretamente, do Centro de Compostagem, e os novos que vão abrir no próximo ano, direcionados para nós e estão previstos no Roteiro, são dois milhões quatrocentos e sessenta mil euros, se entrarem aqui neste orçamento é mais esse valor que entra, e já vai aos vinte cinco milhões. Esta é a explicação.



Handwritten initials or signature in the top right corner.

O que aqui está no orçamento para 2024 é do mais realista que há, e é por isso que as coisas têm que ser claras!

E é isso que dizemos e aprendemos. No ano transato o valor do orçamento foi muito aumentado, por causa das empreitadas da Zona Industrial, e da ETA, e se têm sido executadas essas duas empreitadas, o orçamento para 2023 devia estar nos oitenta e nove por cento da sua execução, o outro vai para os setenta e sete, ou setenta e oito por cento.

Acho que destes pormenores é que se devia falar com seriedade, em todos os lados.

Relativamente ao seguro de saúde municipal, se calhar devíamos ter aqui dado explicação a respeito desse assunto, as consultas do seguro municipal de saúde são efetuadas em Viseu, mas, é disponibilizado transporte grátis de cá para lá, e de lá para cá, e as pessoas não têm que estar tanto tempo à espera.

O respetivo caderno de encargos está publicado na AcinGov, mas, também podemos dar aqui essa informação, porque também é bom que seja fiscalizado, saber o que se passa, e nós empenhamo-nos para que o seguro municipal de saúde funcione mesmo bem.

Já temos aqui alguns números, o total de adesão são seiscentas e vinte e oito pessoas, consultas realizadas, sessenta e três, consultas marcadas oitenta e três, e já foram efetuados três transportes.

Nós executivo municipal pretendemos que corra mesmo bem, mas, caso algo aconteça menos bem, agradecemos que nos façam chegar essa informação, e assim é que as coisas melhoram."

A **Deputada Virgínia Preto** perguntou se nas consultas realizadas estão incluídas consultas de especialidade, e se a medicação prescrita nessas consultas também é comparticipada.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, respondeu que isso não faz sentido nenhum, porque temos os Serviços Nacionais de Saúde para prescrever.

A **Deputada Virgínia Preto** comentou que no Centro de Saúde não foram ouvidos nem achados. Considera que o Executivo devia ter tido uma reunião com os médicos do Centro de Saúde, e não tiveram.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, relativamente à questão colocada pela Deputada Virgínia Preto, perguntou-lhe se tinha a certeza da afirmação que estava a fazer, tendo-lhe transmitido que o executivo municipal já tinha reunido com a Diretora do Centro de Saúde.

A **Deputada Virgínia Preto** disse que, a reunião devia de envolver todos os profissionais, e que quando alguém lhe pergunta a respeito do seguro de saúde que responde que não sabe nada a



EF
A

esse respeito, que sabe apenas que existe um seguro municipal de saúde, e que, se dirijam ao local onde podem fazer a respetiva inscrição para tirarem dúvidas.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, respondeu que, o município não é culpado de não haver diálogo internamente entre os médicos do Centro de Saúde.

A **Deputada Virgínia Preto** comentou que o executivo é que está a implementar este seguro de saúde, e, por conseguinte, deve ser o executivo a marcar uma reunião com os médicos do Centro de Saúde, que são apenas quatro, e expor de que forma é que pretendem que os médicos colaborem, e de que forma as coisas vão funcionar.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, disse que a Deputada Virgínia Preto não estava a ser correta para com o executivo, porque o executivo reuniu com a Diretora do Centro de Saúde, e se ela não transmitiu a informação advinda dessa reunião, que terá que pedir responsabilidades à sua diretora. Disse-lhe que fique descansada que ele próprio tratará dessa questão.

Dirigindo-se ao Deputado António Santos, respondeu que, efetivamente, o executivo deve prestar esclarecimento junto desta Assembleia tal como fez para com as Juntas de Freguesia, por forma a que fiquem aqui cientes de como funciona o seguro municipal de saúde. Pelo facto apresentou um pedido de desculpas em nome de todo o executivo.

Respondeu que, a Câmara Municipal teve que meter mais funcionários devido às transferências de competências para o município, lembrando que, quando o atual executivo chegou à câmara já estavam vinte e oito funcionários em pré-reforma, que acarreta despesa para o município, concretamente, quarenta e cinco mil euros mensalmente, em salários.

Apelou a todos os membros desta assembleia que pensem bem antes de votarem, porque o orçamento apresentado é de todos e não apenas do atual executivo, e é para o bem do concelho.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém tinha algo mais a dizer neste momento, e não se tendo manifestado ninguém pós este assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria com dez abstenções, os documentos respeitantes às Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e de Recrutamento.

8. Apresentação e votação da proposta: Assunção de Compromissos Plurianuais - orçamento para o ano de 2024 - Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal - Delegação na Presidente da Câmara Municipal.



CS
A

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o assunto mencionado na ordem de trabalhos e em seguida passou a palavra ao executivo para elucidar acerca deste assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que se trata das transferências efetuadas no dia a dia, para não ter que estar sempre a reunir.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses, e não se verificando a intenção de nenhum dos membros presentes de intervir, passou à votação deste assunto, tendo este órgão deliberativo deliberado por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na mencionada proposta, respeitante à assunção de compromissos plurianuais - orçamento para o ano de 2024, e delegar na Presidente da Câmara Municipal autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal.

9. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (Ano 2023) – Votação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses e, não se verificando a intenção de nenhum dos membros presentes de intervir, passou à votação deste assunto, tendo este órgão deliberativo deliberado por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada, respeitante à Taxa Municipal de Direitos de Passagem concernente ao ano 2023.

10. Derrama (Período de tributação de 2023) – Votação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses e, não se verificando a intenção de nenhum dos membros presentes de intervir passou à votação deste assunto, tendo este Órgão Deliberativo deliberado por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada, respeitante à derrama no período de tributação de 2023.

11. Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar em 2023 – Votação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses, tendo-se inscrito os Deputados Emanuel Bernardo e António Santos.

Foi dada a palavra ao executivo municipal para elucidar os presentes a respeito deste assunto.

O **Vereador Vítor Bernardo** relativamente à taxa do IMI a liquidar em 2023, que é 0,3%, o mínimo legal, para ter uma noção, o Município de Miranda recebe de todos os prédios rústicos e



19/11
K

urbanos do concelho, seiscentos e noventa e quatro mil euros, Miranda representa cerca de 45%.

Expôs que, conforme estão avaliadas as barragens pela AT, neste momento, o IMI com 0,3% decifra-se em trezentos e vinte mil euros, metade do IMI que a Câmara recebe.

A Câmara podia aumentar a taxa em 50%, passava a 0,45%, e só não o fizeram porque os seiscentos e noventa e quatro mil, passavam a ser um milhão de euros para o povo, não obstante também ser mais 50% para a MOVHERA.

O **Deputado António Santos** referiu que tinha que ser usado o mesmo critério para o povo, porque, baixava imediatamente o valor real a pagar.

O **Vereador Vítor Bernardo** disse que, a percentagem não se pode baixar mais.

O **Deputado António Santos** afirmou que se devia fazer uma aproximação a esse critério de avaliação dos imóveis para que baixasse o valor real a pagar.

O **Vereador Vítor Bernardo** respondeu que, dessa forma ficava tudo isento de IMI, porque, por exemplo, o rendimento de um apartamento é o arrendamento, é a renda, que pode proporcionar ao proprietário uma renda, ou, o não pagamento da renda pode proporcionar ao proprietário que o alugue a outro, é basicamente isto.

Queria explicar à Assembleia os montantes que estão aqui em causa, ou seja, conforme a avaliação está feita pelo município, as duas barragens, Miranda e Picote valem para nós duzentos e vinte e oito milhões de euros, o IMI que pagam as duas barragens é muito superior ao que pagam os prédios rústicos e urbanos, estava a referir-se aos prédios todos que há no concelho.

O **Deputado Emanuel Bernardo** proferiu a seguintes palavras:

"Queria realçar que sobre o tema em si, estamos de acordo com a boa explicação feita pelo vereador Vítor Bernardo, no entanto queria questionar o executivo por que razão não aceitou a proposta apresentada pelos vereadores do PS de introduzir uma redução de até 25% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos, baseado na eficiência energética. E se há intenção de introduzir estas medidas no próximo ano?"

Para os membros desta assembleia que não estejam tão a par, esta proposta dos vereadores do PS consiste numa redução do IMI com base na classe energética, sendo que contempla todos aqueles que tenham classe energética igual ou superior a "A" e para aqueles, em que após obras de reabilitação ou alterações no edifício, a classe energética suba duas classes, sendo que este benefício vigoraria por 5 anos.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Acho que esta é uma ótima medida e um importante incentivo à melhoria da eficiência energética no nosso concelho e acho que o executivo deveria adotar esta medida."

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao executivo se pretendia fazer algum comentário.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra, agradecendo ao Deputado Emanuel Bernardo pela sua intervenção, dizendo que, o executivo municipal já tinha pensado nisso, mas que, devido ao facto de não ter havido oportunidade de fazer um estudo este ano, estão a pensar fazê-lo no próximo ano. Ainda que, também esteja a ser ponderado subir as barragens, ou não, para quarenta e cinco por cento, para as barragens de Miranda do Douro e de Picote, e deixar as outras de fora, mas, como o executivo não tinha uma certeza, e foi apenas por isso que não o fizeram.

Declarou que, o executivo municipal quer muito que Miranda do Douro seja um dos concelhos com eficiência energética e ambiental, afirmando que o executivo está aberto a esse tipo de proposta.

Terminado o período das intervenções, foi posto a votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo este órgão deliberativo deliberado por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada, concernente ao Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar em 2023.

12. Participação variável no IRS (Ano 2024) – Votação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses e, não se verificando a intenção de nenhum dos membros presentes de intervir, passou à votação deste assunto, tendo este órgão deliberativo deliberado por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar nos exatos e precisos termos que constam na proposta apresentada, respeitante à participação variável no IRS respeitante ao ano 2024.

13. Proposta: Atribuição de louvor ao Professor António Bárbolo Alves – Votação

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que pretendessem interviesses tendo-se inscrito os Deputados Fernando Vaz das Neves e António Santos, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** informou que tinha enviado esta proposta ao Deputado António Santos.



Proposta de Voto de Louvor

“A 22 de junho de 2022 a Academia das Ciências de Lisboa distinguiu o Professor António Bárbolo Alves elegendo-o como sócio correspondente, integrado na 2ª secção – Filologia e Linguística. Trata-se de um importantíssimo reconhecimento da contribuição para a ciência nacional deste Mirandês nascido em Picote em 1964, licenciado, e Mestre pela Universidade do Minho que em 2002 defendeu o doutoramento sobre a Língua Mirandesa na Universidade de Toulouse, em França, e que é atualmente Professor no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro.

A nomeação para a Academia das Ciências é ainda mais importante por ser um reconhecimento raro e reservado a muito poucos, sendo a primeira vez que esta distinção é atribuída a um Mirandês, por todo o seu trabalho científico sobre a Língua Mirandesa, da qual é um profundo conhecedor e falante.

A Academia das Ciências de Lisboa foi fundada em 1779 e os seus membros são eleitos pelos próprios académicos para distinguir os mais importantes cientistas e estudiosos do país, nos diferentes ramos do saber. Por isso, é também uma honra para o Concelho de Miranda do Douro que o Professor António Bárbolo Alves, que há mais de 30 anos se tem dedicado à nossa Língua como investigador, professor, escritor e divulgador, já com merecido reconhecimento a nível nacional e internacional, tenha agora recebido mais esta distinção.

Como é tradição na Academia das Ciências, para celebrar a entrega do seu diploma como novo membro correspondente, o Professor António Bárbolo Alves foi convidado a proferir um discurso sobre um tema à sua escolha. No dia 28 de setembro de 2023 apresentou uma bela lição sobre a Língua Mirandesa com o título “You nun sou you: as teias que a língua tece”. Não esqueceu os que falam e os que têm escrito em Mirandês e, sobretudo, da importância, como tem defendido desde há muito tempo, de a nossa Língua ser valorizada, acarinhada, reconhecida, ensinada, festejada e falada cada vez mais. No final da sua intervenção o Académico Professor Telmo Verdelho desafiou António Bárbolo Alves para que levasse mais Mirandês à Academia e que aí venha a fazer em breve uma sessão só em Mirandês, o que seguramente acontecerá e será outra consagração para a nossa Língua.

Por estas razões, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro em sua reunião de quinze de dezembro de dois mil e vinte e três aprovou a atribuição do presente voto de louvor ao Professor António Bárbolo Alves.”



Handwritten initials 'A' and a signature.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia manifestar-se a respeito desta proposta, tendo-se manifestado o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** declarou que este é o tipo de exemplo de colaboração que é muito importante, e que, quando recebeu a proposta do Deputado Fernando Vaz das Neves, reconhece que estava a pensar fazer algo parecido.

Afirmou que, de facto, o Professor António Bárbolo é um excelente profissional, uma pessoa reconhecidíssima, e que isto só é motivo de orgulho para nós, ter um Mirandês nesse órgão, que é um órgão importantíssimo, por isso, da parte dos Deputados do Partido Socialista, com certeza esta proposta tem todo o apoio, manifestando que é uma honra tê-lo aqui. E propôs ainda mais, que nas comemorações do "Dia da Cidade" o Professor António Bárbolo incluía a lista dos homenageados, no âmbito do regulamento que existe para o efeito.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, disse o seguinte:

"É um orgulho, enquanto Presidente da Junta ver um dos nossos considerado pela Academia das Ciências, que é uma das mais antigas instituições científicas do país. A admissão do Professor Doutor António Bárbolo Alves, na Academia das Ciências na área da Filologia e Linguística é o reconhecimento pela sua competência científica e pelo mérito do trabalho desenvolvido.

António Bárbolo Alves é falante de Mirandês, professor no Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, investigador e escritor em Língua Mirandesa.

Esta distinção é tão mais importante, quanto nos termos estatutários a Academia é o órgão consultivo do Estado Português em matéria linguística, podendo ainda ser consultada em outras áreas científicas e que sendo o Mirandês a segunda língua em Portugal ainda releva mais este reconhecimento, e que que significa que, o concelho tem alguém com competência na área da filologia e linguística que pode contribuir para ajudar na definição da estratégia para a Língua Mirandesa, visto ser o Mirandês a sua língua materna e o Mirandês a sua área de investigação.

Recordo e este propósito, como alguns saberão, que António Bárbolo Alves fez parte dos membros que participaram na elaboração da Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa, pelo que, considero este reconhecimento mais que merecido, e obviamente que a Freguesia de Picote se congratula com este facto porque não é muitas vezes que temos um dos nossos, um Mirandês, reconhecido como tal. E, portanto, pegando nas palavras do Professor António Santos, que, no "Dia da Cidade", porque não, quiçá o nome dele possa ser considerado como uma das pessoas a agradecer nesse dia."



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Terminado o período das intervenções, foi posta a votação a proposta apresentada pelo Deputado Fernando Vaz das Neves, concernente à atribuição de um voto de Louvor ao Prof. António Bárbolo, tendo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado Fernando Vaz das Neves para proceder de novo à leitura do voto de louvor proposto, na parte da manhã, à ex-Deputada Clara Martins.

Concluída a leitura do referido voto de louvor, perguntou aos membros desta assembleia municipal se pretendiam fazer algum comentário a este respeito, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Deputado António Santos** manifestou total concordância com o voto proposto, dizendo que a Clara Martins foi uma ex-aluna do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, e que foi uma excelente aluna, cuja carreira tem acompanhado, que o enche de orgulho, pelo que não poderiam estar mais de acordo com essa proposta.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, declarando que se congratula muito pelo prémio ganho pela Clara Martins, comentando que, foi sua aluna, e que, foi muito boa aluna, saiu de Portugal sozinha e acaba de ganhar este prémio.

Por isso, congratula-se não só a Junta de Freguesia de Miranda do Douro, mas também, a cidade de Miranda do Douro pela atribuição deste voto de louvor.

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de concluídas as intervenções pôs este assunto a votação tendo sido aprovado por unanimidade o voto de louvor dedicado à ex-deputada desta assembleia municipal, Clara Martins, em reunião de quinze de dezembro do ano dois mil e vinte e três.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado Fernando Vaz das Neves para proceder de novo à leitura da moção apresentada no âmbito do negócio da venda das barragens.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** por sua vez, passou a fazer a leitura do teor da moção por ele apresentada no "Período Antes da Ordem do Dia".

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém pretendia pronunciar-se a respeito da moção aqui apresentada, tendo-se manifestado o Vice-Presidente da Câmara Municipal, e o Deputado António Santos.



CS
A

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, pronunciando-se em nome do executivo municipal a respeito desta moção, apelou para que, ainda que tenha que ser de alguma forma alterado o respetivo texto, que a moção seja aprovada por unanimidade, porque considera importantíssimo que assim seja, por forma a que imponha mais força.

O **Presidente da Assembleia Municipal** comentou que, pessoalmente votaria a favor desta moção, atendendo a tudo o que disse na parte da manhã, aquando da discussão do ponto quatro da ordem de trabalhos, mas que, se fosse necessário fazer alguma alteração ao texto da moção, que se podia tentar consensualizar um texto, caso assim entendam, e que, tal como o Vice-Presidente da Câmara referiu, seria ótimo que esta moção fosse aprovada por todos.

O **Deputado António Santos** afirmou que este texto, ao contrário dos outros, lhe levanta muitas dúvidas, porque lhe parece pouco fundamentado, e que faz referência a questões, faz referência ao Secretario de Estado da altura, e que, podia ter falado do atual Secretário de Estado.

Reafirmou que lhe levanta dúvidas a respeito da fundamentação, lamentando que esta moção não tivesse sido apresentada da parte da manhã, porque tivemos nesta assembleia pessoas que são excelentes, que podiam ter dado o seu contributo sobre esta questão.

Considera que esta moção carecia de mais fundamentação, de outra argumentação, afirmando que os membros que representam o Partido Socialista nesta assembleia, não estão em condições de aprovar esta moção por unanimidade, da forma como está redigida, inclusivamente na oportunidade, devido ao momento em que estamos, a nível governamental.

Levantam-se-lhe dúvidas, também, em relação ao procedimento, se o procedimento correto a seguir é esse, lembrando que, neste momento, está uma ação em Tribunal, com a qual concordam inteiramente. Referindo que, o Ministério Público está a fazer a sua investigação, pelo que não sabe, até que ponto, o passo a seguir seja enviar o assunto para as instâncias europeias.

Desconhece se dentro do país não há outras instâncias para onde se possa recorrer, e questionou se recorrendo do que se iria recorrer.

Afirmou que isto lhe causa alguma estranheza, e por isso, para se fazer um texto em conjunto, que seja unânime, não lhe parece viável nesta sessão.

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, as questões são independentes, e que, quando é apresentada uma queixa à Comissão Europeia, neste caso, está-se a dizer que a EDP não teve que pagar impostos, e como não teve que pagar impostos, teve aqui um benefício.



Handwritten initials and a signature mark.

O **Deputado António Santos** disse que lhe parece que este assunto chegava à União Europeia e que ficava logo por ali, porque dizer que a EDP está a receber ajudas sem haver um processo que mencione que isso aconteceu de facto.

O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que, de uma forma apartidária, considera que é favorável a todos os partidos votarem esta moção conjuntamente, porque lhe parece que quem não vote esta moção, na sua opinião, será penalizado.

O **Deputado António Santos** recordou a afirmação feita hoje no período da manhã pelo Dr. José Maria Pires, quando disse que isto ultrapassa o negócio das barragens. Porque o negócio das barragens é uma questão civilizacional, é uma questão de democracia, uma questão de liberdade. Enquanto a questão da corrupção, a questão do compadrio, isso é que tem que ser denunciado, e é para isso que os miúdos são ensinados na escola.

Comentou que isto é uma questão muito superior, que ultrapassa o poder local, é algo moral, civilizacional, e muito mais importante.

Considera que o texto é muito fraco, que devia ter outros argumentos.

Considera que, atendendo ao momento que o país está a atravessar nomeadamente as eleições no PS, se deveria ponderar.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, usou da palavra para afirmar o seguinte:

“Desde o anúncio do negócio da venda das barragens tive uma posição sobre este assunto, relembrar a posição assumida, ainda no mandato anterior, em que, após o anúncio da venda das barragens felicitei a nova concessionária a quem dei as boas vindas à Terra de Miranda e em particular à minha freguesia, mostrando disponibilidade para trabalhar em conjunto a favor do desenvolvimento deste território, posição que mantemos e defendemos no sentido de manter boas relações institucionais com os agentes que atuam na freguesia, papel que reiteramos por considerarmos ser o que melhor, servir os interesses da freguesia e do concelho.

Relativamente às intervenções feitas no período da manhã e sobre a Moção apresentada, bem como às questões que a mesma suscita, gostava de deixar algumas considerações.

Primeiro quero afirmar que a posição da Junta de freguesia de Picote não é contra ninguém, é e será sempre a favor dos interesses do território e das suas populações.

Sobre as questões suscitadas por alguns dos intervenientes sobre a Moção e concordando com as afirmações do Sr. Vice-Presidente, de que o importante é o conteúdo e não tanto a forma. Pessoalmente, não farei qualquer juízo de valor sobre os contornos associados a este negócio,



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

pois será feito pelas entidades competentes, pelo que tomarei apenas posição sobre a proposta de Moção que foi apresentada e a importância de a mesma ser aprovada por unanimidade, no sentido de demonstrar a posição unânime das forças políticas presentes nesta Assembleia Municipal, da mesma forma que, como referiu a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua este assunto conseguiu unir os vários partidos com assento na Assembleia da República, permitindo que, também, nesta Assembleia Municipal se consiga unir em torno de um texto comum para esta Moção.

Ainda sobre este assunto da venda das barragem, reitero aquela que tem sido a posição da Junta de Freguesia de Picote, independentemente, da tramitação deste processo nas várias entidades competentes, desde os Tribunais, na Assembleia da República, no Governo, nesta Assembleia e noutros fóruns, que vai no sentido de que tudo seja esclarecido, mas sem nunca esquecer que é indispensável e obrigatório que não se fechem as portas do diálogo e os canais de relacionamento institucional entre os vários agentes locais, sob pena de o território e as suas populações serem ainda mais prejudicadas.

Como referiu o Professor António Santos, esta é também uma questão civilizacional, onde todas as entidades, sejam empresas privadas ou autarquias tenham esta consciência e da importância de fazer pontes, à volta do que é mais importante para que se faça justiça a este território, independentemente dos casos concretos que possam existir, pois do que estamos aqui a falar é acima de tudo da responsabilidade do Estado e das opções políticas, de justiça fiscal, de redistribuição de riqueza que fomente a Coesão Territorial.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado Emanuel Bernardo, que pretendia intervir neste momento.

O **Deputado Emanuel Bernardo** concordou em grande parte com o que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Lourenço, que o mais importante é o conteúdo e não a forma, e que, acha que se deve apresentar esta moção. Mas que, quando se aborda este assunto se fala sempre na pessoa de João Pedro Matos Fernandes, e que, o diz abertamente sem nenhum pudor, enquanto membros e militante do Partido Socialista, que João Matos Fernandes não o representa, nem concorda com o que ele fez. No entanto, considera que, insistir sempre nesse ponto para introduzir o assunto, que começa a chatear. Comentou que, pode dizer-se que o Estado gozou com as terras de Miranda, porque é verdade, mas insiste-se em dizer que o ministro veio, o ministro fez, e esquecem-se de falar do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que emitiu dois despachos.



§
A

Referiu que, o que lhe custa é que parece que se fala disto para tentar tirar alguma questão, apontando que esta luta é de todos, e que, não é o Partido Socialista em termos nacionais, que pode dizer o que quiser.

Afirmou que, tem os seus ideais, mas que isso não o obriga a abdicar pessoalmente de discordar quando tiver que fazê-lo, e que, em nome da sua terra vai sempre fazê-lo. E, portanto, enquanto o assunto for sendo tratado com esta introdução, em vez de falar diretamente do assunto.

Lembrou que, hoje a Deputada da Assembleia da República, Mariana Mortágua, que tem feito um trabalho excelente neste âmbito, e que, disse áquilo ao que vinham, e que, são os sucessivos governos e as empresas com interesses, afirmando que, isto é um problema a respeito do que tem de ser feita uma reflexão, por que é um problema de todos. E, que, neste momento em que foi celebrado o 50.º aniversário do acontecimento do 25 de abril, que respeita a todos os governos que têm vindo a governar o nosso país.

Mencionou, referindo-se às intervenções de alguns dos intervenientes nesta reunião, que, o que acontece com o nosso Estado começa a ser preocupante, reafirmando que se deve falar deste assunto, mas que, em vez de introduzir o tema sob um ponto de vista político, introduzi-lo sob um ponto de vista de união, e considera que aqui esta posição é unânime.

O **Presidente da Assembleia Municipal** manifestou a sua concordância relativamente à intervenção que o Deputado Emanuel Bernardo acabou de proferir, quando afirma, que, há empresas que parece que estão acima dos governos, e do Estado.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves** fez um esclarecimento a respeito desta moção, dizendo que quando enviou o texto para o Professor António Santos, o mandou como um texto aberto, ou seja, todos os textos que lhe enviar são textos abertos suscetíveis de alterações até chegar a um consenso, e que não fiquem com a ideia de que enviou um texto fechado.

O **Deputado António Santos** disse que se atrevia a fazer uma proposta mais radical, pedir autorização à Deputada Mariana Mortágua para utilizar o texto dela como introdutória destas moções. Comentou que a exposição que ela aqui fez foi de uma clareza, e de uma sagacidade enorme, que descreve o problema desde a sua origem, os contornos e os meandros, e podem terminar com essas duas propostas.

Não concordam com o texto introdutório da moção e do enquadramento que lhes causa má impressão. Referiu que, o Deputado Fernando Vaz das Neves lhe enviou com tempo a moção, mas que não houve tempo útil para a trabalhar.



Handwritten initials or signature in the top right corner.

O **Vereador Carlos Ferreira** solicitou que fosse autorizado a fazer uso da palavra e tendo-lhe sido facultada, cumprimentou todos os presentes para dizer que, não consegue entender porquê que há uma necessidade de pôr uma injunção à câmara. Porque são órgãos totalmente independentes, desde que ele se lembre, e que, se calhar ele é o mais antigo membro desta assembleia, que aqui está presente, a assembleia pode mandar as moções em seu nome, e envia-as para quem quer que seja.

Estava a ser feita uma injunção à câmara para que fizesse, mas não vê necessidade disso.

A câmara é um órgão competente nessa matéria e se assim o desejar hão-de fazer esse trabalho.

A assembleia quando faz uma moção, fica sempre decidido que envia essa moção para todos os órgãos competentes, e então, se a assembleia acha por bem elaborar uma moção que seja dirigida aos órgãos da União Europeia, assume-o em nome da assembleia, não tem que meter aí outras instituições, com as quais colide do ponto de vista da democracia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** propôs auscultar a opinião do Dr. José Maria Pires a respeito do conteúdo desta moção, tendo este apresentado o seu ponto de vista a este respeito.

O **Dr. José Maria Pires**, disse que lhe parece muito bem que seja apresentada uma moção neste âmbito, referindo que nesta contenda a união é fundamental, e lembrando que Miranda do Douro tem tido um papel liderante nesta questão.

O **Deputado António Santos** questionou se será viável apresentar uma queixa à Comissão Europeia acerca de financiamento ilegal por parte do Estado à empresa EDP, sem que exista um processo crime que suporte essa queixa.

O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que, o negócio em si viola o direito da concorrência, que é europeu.

O **Dr. José Maria Pires** concorda com o Deputado António Santos, sugerindo que, a câmara municipal mande fazer um estudo para sinalizar se sim, ou não, há fundamentos para fazer uma queixa à Comissão Europeia por se considerar tudo isto uma ajuda de Estado, referindo que, o direito da concorrência da União Europeia é muito sensível a estas questões que viciem a concorrência.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Rodrigues, considera que se deve deixar de parte essa ideia de mandar fazer um estudo, e que, o texto seja elaborado conforme entenderem que deve ser elaborado em conjunto.



Handwritten initials and a signature mark.

O **Vereador Vítor Bernardo** apresentou a seguinte proposta relativamente à moção concernente ao negócio das barragens:

“A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que o executivo municipal solicite um parecer jurídico sobre a possibilidade, ou não, de a Câmara Municipal de Miranda do Douro intentar, junto da Comissão Europeia, uma queixa sobre ajuda do Estado ilegais à EDP.”

Tendo sido proposto o texto final a seguir transcrito:

“A propósito do negócio das barragens a Assembleia Municipal propõem/recomenda ao Executivo Municipal que, solicite um parecer jurídico acerca da possibilidade, ou não, da Câmara Municipal de Miranda do Douro intentar uma queixa junto da Comissão Europeia, acerca das ajudas por parte do Estado para à EDP.

Apresento o documento divulgado pelo Movimento Cultural Terras de Miranda, com base para pedido de urgência de investigação urgente no processo de investigação crime em curso, exerça todos os seus direitos processuais de assistente neste processo, a fim de garantir a sua prossecução com a necessária celeridade.

Apresento informação regular a esta assembleia municipal acerca das diligências anteriormente mencionadas.”

O **Presidente da Assembleia Municipal** propôs que seja este o texto final da moção, pondo-a a votação, a que mereceu aprovação por unanimidade dos membros desta assembleia municipal.

14. Apreciação da informação a prestar pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem interviessem, tendo-se inscrito o Deputado António Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** expôs o que o executivo fez ao longo do ano que está a findar, referindo-se ao Centro Genético de Malhadas, disse que, é uma obra financiada a 85% e que foi fechada no mês em curso. De um milhão e duzentos mil euros desta candidatura, falta apenas faturar cinco mil euros. Foi recuperado integralmente o interior da casa do Posto Zootécnico, nesse edifício será instalado um Centro de Interpretação de Raças, e o Centro das Carnes Autóctones.

Em Miranda foi recuperada a EB1, no valor de pouco mais de oitocentos mil euros. Foi também recuperada a Biblioteca Municipal, que ficou em cento e vinte mil euros. Também foi recuperada o primeiro piso da Casa dos Magistrados, e a parte exterior.



EF
A

A **Presidente da Câmara Municipal** referiu relativamente às festas, que fique claro que muitos dos concertos são projetos financiados no âmbito da Associação dos Municípios do Douro Superior e de outras candidaturas às quais o Município de Miranda se tem associado.

Comentou que, a incomoda que se incomode tanto ao Partido Socialista e uma parte da população, que este executivo tenha e continue a mexer tanto com a cultura, até porque, normalmente o Partido Socialista até é um partido que está muito associado a valorizar a cultura, e o facto de andarem com estas questões, a apregoar que só fazem festas e festinhas, disse que, não é bem assim, porque há muitas obras que concluímos neste ano de 2023, muitas delas não estava previsto fazerem, mas abraçaram esses projetos porque acharam que deviam recuperar o património municipal que estava depauperado, acham que faz todo o sentido tratar bem aquilo que é nosso.

Mencionou que, estamos num território em que a cultura é muito preponderante, e não podem virar as costas aos ícones culturais que temos, seja à nossa música, seja aos pauliteiros, seja a tudo o que seja uma mais valia para o território, apostando muito numa programação cultural, para que todos aqui neste território, tenhamos acesso a muitas das ofertas que são feitas nos grandes centros. Têm passado por Miranda peças de teatro, agora temos uma mais valia, que é uma sala de cinema no mini-auditório, equipada com o melhor que há. Referiu que se inaugurou com a exibição de um filme do Leonel Vieira, foram feitas três sessões desse filme, e pretendem continuar com o cinema porque consideram que é uma oferta que têm que ter para a população. E que, tudo o resto, desde ciclos de concertos, que iniciaram quando tomaram posse, em que, a grande maioria dos concertos têm ido para as aldeias, sendo uma forma de mostrar às pessoas das aldeias que estão presentes e que pensam nelas.

Há muito trabalho a ser feito nas aldeias, há muito trabalho que os Presidentes de Junta têm que fazer nas aldeias, que têm a responsabilidade de fazer os trabalhos nas aldeias, e não só a câmara municipal, embora a câmara esteja cá para apoiar as Juntas de Freguesia.

Referiu que, o executivo decidiu atribuir mais um FEF às Juntas de Freguesia através de protocolo, para que possam continuar a desenvolver trabalho que têm que desenvolver, afirmando que, nunca em momento algum negligenciaram qualquer junta freguesia, independentemente do partido que os trouxe para o poder.

Já afirmou e volta agora a afirmar que o seu partido político único, neste momento, a partir do momento em que tomou posse, é Miranda do Douro. Declarou que o trabalho que têm estado a fazer provavelmente podia ser muito melhor, e estão neste caminho de querer melhorar e



SP
A

certamente que melhorarão. Mas este trabalho que estão a fazer também tem a colaboração da assembleia municipal, necessariamente, mas também com a colaboração que tem estado a fazer e continuarão a fazer com as Juntas de Freguesia, para ela apenas assim as coisas fazem sentido.

Referiu que o executivo está a fazer uma grande aposta nas festas dos solstícios, estas festas têm o seu expoente máximo entre São Pedro da Silva, Constantim e Vila Chã, é um património muito rico deste concelho.

Partilhou que no início do próximo ano vão iniciar o processo de candidatura destas festas ao Património Nacional. Disse que, isto vai exigir muito trabalho de equipa, transmitiu que há duas técnicas na câmara que já têm esta formação e com a ajuda do Mário Correia, porque é uma pessoa muito habilitada nesta matéria, querem conseguir a candidatura destas festas do solstício ao Património Cultural Imaterial, e, portanto, ao Inventário Nacional.

Convidou os presentes para se deslocarem no próximo domingo a São Pedro da Silva, 17 de dezembro, à Festa de Santa Luzia, em que vão ter o Velho e a Galdrapa como personagens principais.

Vai realizar-se também a Festa dos Moços, em Constantim, de 27 a 30 de dezembro, a Festa do Menino, em Vila Chã da Braciosa, a 01 de janeiro, o Festival Geada, em Miranda do Douro, e a Festa do Enterro do Velho, no dia 31 de dezembro.

Todas as festividades que decorrem nas aldeias e na Vila de Sendim, é um património cultural riquíssimo que tem que nos unir, e não nos afastar. Porque nós marcamos a diferença no território do Nordeste Transmontano e no Distrito de Bragança, e no país, por esta diferenciação.

Há outro evento cultural que a Câmara Municipal de Miranda do Douro em conjunto com o Movimento Cultural da Terra de Miranda, e a Associação da Língua Mirandesa vão levar a cabo no dia 27 de dezembro, debatendo as possibilidades, e do futuro da Língua Mirandesa, lançou este desafio a todos os que se encontravam nesta sessão, para estarem presentes, da parte de tarde no Mini-Auditório Municipal, para que possam debater esta questão de forma livre, e totalmente direta sobre a proposta de cada um para o futuro da Língua Mirandesa.

Tem que ser também algo que não pode afastá-los, mas sim uni-los, e ela, não só enquanto Presidente da Câmara, mas também, enquanto cidadã, tem um orgulho no património cultural e nesta riqueza que temos aqui e que nos diferencia.

Há muitas destas festividades às quais estão associadas à candidatura do Pauliteiros de Miranda, às danças e rituais dos pauliteiros nas festas tradicionais, e o expoente máximo que



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

temos, neste caso, é a festa em Constantim. Portanto, quantas mais pessoas aparecerem, mais se valorizam, porque há muita gente de fora que vêm a estas festas, e viu muito pouca gente de Miranda. Nas festas em que participou disseram-lhe que nunca nenhum Presidente de Câmara tinha estado presente, e isto é algo que a entristece, temos que valorizar e que participar, temos que conhecer e dar a conhecer, há muito trabalho a fazer, faz falta fazer divulgação.

Quanto à chamada de atenção apresentada pelo Professor António Santos, efetivamente deviam de ter dado informação à Assembleia Municipal a propósito do seguro de saúde, não-de faze-lo.

Referiu que, são muitos os assuntos que o Executivo tem em mão, e têm que lidar com eles, recebem as mais variadíssimas solicitações, é muito desafiante, mas se houver união entre todos, e se tiverem o conforto de todos, independentemente de questões ideológicas, mas sobretudo tem que se ter respeito pelas opiniões dos outros.

Comentou que, de há uns tempos a esta data há uma questão que a tem incomodado, por dizerem que os "Galadum" já ganharam trezentos mil euros desde que ela é Presidente da Câmara.

Afirmou que, isto é um absurdo, e não entende como é que é possível alguém lembrar-se duma questão destas.

Transmitiu que os "Galandum, fizeram apenas duas atuações para o Município, e era impossível que os Galandum tivessem feito essas atuações, porque não quer que fique o mínimo de suspeição sobre ela, e pretende que essa questão fique salvaguardada.

Não quer que pensem que vai aproveitar por ser Presidente da Câmara vá tirar dividendos dessa circunstância.

Apelou para que, quando lhe cheguem questões a respeito dos membros do Executivo Municipal, que as esclareçam aqui na Assembleia Municipal, porque é o sitio certo para falar.

Se houver alguma dúvida que lhes surja quanto à postura de um ou de outro, é aqui que devem colocar as respetivas questões, para que não fiquem com dúvidas.

Porque pretende continuar a ter uma postura de seriedade, e vai manter uma postura de seriedade, tal como fazia na sua vida particular, assegurando que isso vai continuar a ser assim.

Declarou que os Vereadores Nuno Rodrigues, e Vítor Bernardo também têm essa postura de seriedade, referindo que, foi essa semelhança de atitude na vida que trouxe os três para aqui e estão completamente alinhados nessa postura de seriedade.



U\$
A

Afirmou que, o dinheiro do Município o gerem tal qual como se fosse nas suas casas, acrescentando que, esses dinheiros são geridos com mais cautela e com mais rigor que em suas casas, porque o dinheiro não é deles, mas sim de todos os Mirandeses.

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse a propósito da execução de obras municipais o seguinte:

"Para aquelas pessoas que afirmam que é só festas, temos aqui uma enchente de obras.

Fizemos de novo e acabamos os miradouros de Miranda do Douro, na Rua do Penedo Amarelo, e o de Paradela. Recuperamos a Biblioteca Municipal, requalificamos a Casa dos Magistrados. Reparámos as duas vigas do pavilhão multiusos, que estava abandonado, a câmara gastou vinte mil euros, apenas na reposição dessas duas vigas. Compramos uma casa para integrar no programa 1.º Direito, cujo projeto já está a ser elaborado. Foi executado o projeto 8000 Habitantes - 8000 Árvores, a empreitada do Pulmão da Cidade, a despoluição do Rio Fresno, essas obras traduzem-se em mais de três milhões de euros.

Quando chegamos à Câmara fizemos um levantamento de todos os arranjos urbanísticos que tinham sido efetuados em todas as freguesias e em seis freguesias onde ainda não tinha sido feito nenhuma intervenção, e resolveram proceder aos arranjos urbanísticos, em Malhadas no novo ano, foram efetuados este ano arranjos urbanísticos em Palaçoulo, Teixeira, Atenor, Sendim, Picote, e Barrocal, as quais, já foram adjudicados os trabalhos, e rondam os setecentos mil euros.

No que respeita à Ação Social, tem sido feito muito trabalho, mas essa informação não deve ser aqui divulgada porque não nos fica bem, atendendo a que se trata de questões delicadas.

Quanto à Educação, temos sido dedicados, tal como, no desporto, com a juventude, no Apoio à Infância, a Câmara oferece a inscrição e mensalidades, a todas as crianças a frequência no Jardim de Infância da Santa Casa gratuitamente, os pais dessas crianças deixaram de ter que pagar 150,00 € mensalmente.

Relativamente às águas e saneamentos, a Câmara adquiriu um camião limpa fossas, que custou duzentos e setenta mil euros, financiado a 25%. Implementamos a telegestão, para regular o consumo de água.

No campo da agricultura continuamos a dar todos os apoios que eram já atribuídos, e reforçamos esses apoios, e pela primeira vez, e atendendo ao risco de saúde pública participamos com mais um apoio para tratamento de doença que surgiu recentemente nos animais.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Portanto, não fazemos apenas festas, temos trabalhado muito, e gostaríamos de trabalhar mais.

O **Deputado António Santos** também fez uso da palavra para refletir sobre o estudo que o executivo fez, vê com agrado esse estudo e espera que seja para concretizar o alargamento do cemitério municipal, porque já é necessário, infelizmente.

Ainda em relação a isso, lembrou que seria importante que seja criado um local para depositar as cinzas das pessoas que são cremadas. Voltou a lembrar a questão da casa mortuária, referindo que é vergonhoso Miranda do Douro não ter uma casa mortuária.

Também relembrou que, não será nada do outro mundo que se possa encetar, de alguma forma, conversações com Zamora, a nível institucional, ou governamental para que seja possível ir a Zamora fazer a cremação dos corpos dos defuntos. Disse que ter que se ir à Beira Alta fazer a cremação dos corpos é ridículo.

Relativamente a um artigo que leu a respeito de a Presidente da Câmara ter estado reunida em Zamora, numa associação judaica, parece-lhe muito bem, porque nós temos uma história judaica que está completamente esquecida, e gostaria de saber se nessa reunião houve algo previsto, ou algum projeto para o futuro.

A **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, esteve efetivamente reunida em Zamora, porque a Câmara de Bragança apresentou uma candidatura, e Miranda do Douro e Mogadouro, são parceiros nessa candidatura, integrando também Zamora. E estão a trabalhar para que caso essa candidatura seja aprovada, avançar com a criação de um roteiro judaico, agregando os pontos de interesse que existem aqui em Miranda.

Está a ser feito o levantamento desses pontos de interesse para enriquecer essa candidatura e estão a aguardar a formalização dessa candidatura.

A Câmara de Miranda do Douro foi convidada pela Fundação D. Afonso Henriques, que também segue nessa candidatura, são dois judeus que estão a promover essa candidatura.

Sempre foi apologista de que a Rua da Costanilha tivesse um espaço dedicado a um Museu Judaico, porque a Rua da Costanilha era o Centro do Comércio Judaico.

Trata-se da herança judaica que enriqueceu este território pela sua passagem por aqui, não só por Miranda, mas também, por muitas das nossas localidades, porque há indícios fortes da passagem dos judeus por estas localidades, e é isso, que deve ser enaltecido e saber divulgar, e temos que estar alinhados com quem nos pode elencar e pode engrandecer o valor, até económico, que traz para o território.



O **Vereador Carlos Ferreira**, comentou que, o único romance, publicado em Mirandês, que é de Amadeu Ferreira, versa precisamente essa temática.

O **Vereador Vítor Bernardo** disse a propósito desta temática transmitiu que no dia 25 de agosto, enviou, em nome da Câmara um correio eletrónico a averiguar da possibilidade junto da Embaixada de Israel, de ter uma reunião no Município, sobre os dois sefarditas que presidiram nesta cidade nos séculos V e VI, nomeadamente, antes da sua expulsão por D. Manuel I.

E informou ainda que, o Casco Histórico da Cidade naquela altura, quase na sua totalidade foram propriedade de Judeus. Mantendo-se ainda a traça arquitetónica em algumas delas e o estilo da época, e responderam à mensagem enviada. Entretanto, na Embaixada iam agendar uma reunião para dia 06 de setembro.

Transmitiu que, a Chefe de Gabinete do Embaixador, a pedido do embaixador Dor Shapira, informou que o Sr. Embaixador terá muito gosto em agendar uma reunião, mas que, neste momento está em standby.

Transmitiu que, teve esta iniciativa porque conhece Judeus que lhe disseram que foram buscar as casas deles ao Século V, porque eles sabem onde viveram, e que, compram as essas casas. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a reunião eram dezasseis horas e quarenta e três minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão